

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS- MESTRADO E
DOUTORADO

Sabrina Daniana da Rosa

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NEGRO E A EDUCAÇÃO (ANTI)RACISTA:
UMA LEITURA DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DAS PERSONAGENS
NEGRAS NAS OBRAS *O OLHO MAIS AZUL*, DE TONI MORRISON, E *O
AVESSO DA PELE*, DE JEFERSON TENÓRIO**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

LEITURA: estudos linguísticos, literários e midiáticos

LINHA DE PESQUISA

Estudos literários e midiáticos

ORIENTADOR

Prof. Dr. Rafael Eisinger Guimarães

Santa Cruz do Sul-RS

2025

CIP - Catalogação na Publicação

Rosa, Sabrina

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NEGRO E A EDUCAÇÃO (ANTI)RACISTA:
UMA LEITURA DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DAS PERSONAGENS NEGRAS NAS
OBRAS O OLHO MAIS AZUL, DE TONI MORRISON, E O AVESSO DA PELE, DE
JEFFERSON TENÓRIO / Sabrina Rosa. – 2025.

79f.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Santa Cruz
do Sul, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Rafael Guimarães.

1. Racismo. 2. Antirracismo. 3. Identidade. I. Guimarães,
Rafael. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Sabrina Daniana da Rosa

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NEGRO E A EDUCAÇÃO (ANTI)RACISTA:
UMA LEITURA DA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DAS PERSONAGENS
NEGRAS NAS OBRAS *O OLHO MAIS AZUL*, DE TONI MORRISON, E *O
AVESSO DA PELE*, DE JEFERSON TENÓRIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para o título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Estudos literários e midiáticos.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Eisinger Guimarães.

Santa Cruz do Sul - RS

2025

Não me digam que sou negra de alma branca,
Pois minha alma tem a cor que eu mesma ostento!
Negra minha pele, sim senhores,
Negra minha alma, com orgulho!

Me pergunto com ponta de amargura:
Por que sou menos por ter pele escura?

(...)

Eu sonho através das eras,
Pra mais de um século já...
Um futuro de igualdade
Muito mais que liberdade...
Futuro de identidade...
Esse futuro virá?

QUILOMBO DO MORRO ALTO
Omar Villela Gomes

AGRADECIMENTOS

A construção da autoestima do indivíduo negro, tema dessa pesquisa, perpassa não somente os indivíduos fictícios citados nestas páginas, mas também indivíduos reais, como a autora deste trabalho. Constituir-se como mulher negra e fortalecer minha autoestima é tarefa diária, contínua que por muitas vezes se revela empreitada extenuante. Produzir este material com o auxílio do professor Rafael Eisinger Guimarães foi mais um passo nesse longo processo de (re)estruturação individual, que com certeza me tornou uma professora melhor, uma mãe mais atenta aos discursos formativos e uma mulher negra um pouco mais confiante de suas possibilidades.

Agradeço em primeiro lugar pela parceria, confiança, escuta atenta e humana de meu orientador, não tenho palavras suficientes para expressar o quanto foste importante neste processo.

Ao PPGL pela oportunidade de conviver e aprender com professores que muito acrescentam à minha trajetória pessoal e profissional e principalmente, pela realização deste grande sonho que foi cursar o mestrado na instituição que me graduou professora no ano de 2005.

À professora Rosane Cardoso pelo auxílio com sugestões e perspectivas importantes na qualificação do projeto de dissertação que deu origem a esse trabalho, mas principalmente por fazer com que através dela eu me veja representada e possa me pensar em outros espaços.

Às minhas pretas, Sarah e Helena, razão da minha vida e por quem trilho batalhas diárias por uma sociedade menos racista.

À minha mãe, minha maior incentivadora, mulher que sempre acreditou na educação como forma de crescimento e libertação de opressões sociais.

Aos meus colegas de aula, pessoas que se tornaram grandes amigos e que compartilharam comigo suas angústias e vitórias.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é estabelecer uma análise comparativa entre as obras *O avesso da pele*, do escritor brasileiro Jeferson Tenório, e *O olho mais azul*, da escritora estadunidense Toni Morrison, com foco no impacto do racismo na constituição identitária dos personagens negros. A investigação problematiza os efeitos da discriminação racial na construção da subjetividade desses indivíduos, destacando como as narrativas evidenciam tanto estratégias familiares para lidar com o racismo quanto as manifestações explícitas e sutis da discriminação no âmbito social. Buscaremos classificar tais aparições em categorias de manifestação: explícita (manifestada abertamente através da fala) e mascarada (percebida através de ações ou inações, silêncios e omissões). A análise buscará identificar como as relações raciais, tanto no contexto familiar quanto social, influenciam as trajetórias dos personagens Henrique e Pedro (*O avesso da pele*) e Pecola e Cláudia (*O olho mais azul*), evidenciando de que maneira o racismo opera em suas vidas e na daqueles que os cercam. Para isso, a pesquisa adota um olhar crítico sobre os conceitos que sustentam e perpetuam a estrutura racista, como o privilégio da branquitude, discutido pela psicóloga Cida Bento (2022); o racismo estrutural, analisado pelo professor Silvio Almeida (2019); e o colorismo, abordado pela professora Alessandra Devulsky (2021), entre outros autores que contribuem para o debate. Além de identificar as formas de manifestação do racismo, a pesquisa busca compreender os níveis de consciência e conscientização dos personagens sobre essa opressão, observando como eles percebem, reagem ou internalizam as discriminações que vivenciam.

Palavras-chave: *O avesso da pele*; *O olho mais azul*; constituição identitária.

ABSTRACT

The objective of this research is to establish a comparative analysis between the works *The Other Side of the Skin*, by the Brazilian writer Jeferson Tenório, and *The Bluest Eye*, by the American writer Toni Morrison, focusing on the impact of racism on the identity formation of the black characters. The investigation problematizes the effects of racial discrimination on the construction of the subjectivity of these characters, highlighting how the narratives evidence both family strategies for dealing with racism and the explicit and subtle manifestations of discrimination in the social sphere. We will seek to classify such appearances into categories of manifestation: explicit (openly manifested through speech) and subtle (perceived through actions or inactions, silences and omissions). The analysis will seek to identify how racial relations, both in the family and social context, influence the trajectories of the characters Henrique and Pedro (*The Other Side of the Skin*) and Pecola and Cláudia (*The Bluest Eye*), evidencing how racism operates in their lives and in the lives of those around them. To this end, the research adopts a critical view of the concepts that support and perpetuate the racist structure, such as the privilege of whiteness, discussed by psychologist Cida Bento (2022); structural racism, analyzed by professor Silvio Almeida (2019); and colorism, addressed by professor Alessandra Devulsky (2021), among other authors who contribute to the debate. In addition to identifying the forms in which racism manifests itself, the research seeks to understand the levels of consciousness and awareness of the characters regarding this oppression, observing how they perceive, react to or internalize the discrimination they experience.

Keywords: *O olho mais azul*; *The bluest eye*; identity formation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 RACISMO E IDENTIDADE.....	12
1.1 O eu a partir do outro: identidades fragmentadas.....	12
1.2 Privilégio da branquitude – ignorância consentida.....	23
1.3 O lugar de fala: reconstrução de identidades.....	30
2 PRETO NO BRANCO: AS REGRAS DA SOBREVIVÊNCIA	35
3 SILÊNCIOS REVELADORES: ENTRE O DITO E O NÃO DITO.....	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
ANEXOS.....	77
Anexo A.....	77

INTRODUÇÃO

Assim como a educação é capaz de libertar e de dar voz aos oprimidos também pode ser fonte de silenciamentos e opressão. Ela já foi muito citada (e usada) como arma para revoluções e imposições sociais, devido ao poder ideológico que lhe é atribuído. Já foi (e em alguma medida ainda é) importante mecanismo na manutenção de imposições, na minimização do outro e de sua identidade. No caso da população negra, a educação manteve este grupo étnico em constante invisibilidade, com raras (e desastrosas) aparições nos livros didáticos que subalternizavam e reafirmam valores racistas. Este desserviço contribuiu durante anos para o sacrifício de um povo já massacrado culturalmente, ao mesmo passo que o humilhou e que reforçou estereótipos. Nesse sentido, citando Silvio Almeida (2019, p. 45): “no fim das contas, ao contrário do que se poderia pensar, a educação pode aprofundar o racismo na sociedade”.

Nessa perspectiva, a busca por uma educação antirracista é pauta de extrema relevância e inegável pertinência devido à urgência de sua implementação nos contextos sociais e escolares. A Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e incluiu a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, trouxe a consolidação formal e ratificou a ênfase na inserção do tema nos currículos escolares. Esse avanço na luta antirracista surgiu como significativa ferramenta para a validação formal de diferentes saberes, além de acenar para a possibilidade de um novo olhar para a história e seus protagonistas.

Além disso, a legislação dispõe que o conteúdo a ser ministrado nas escolas diga respeito não apenas ao estudo da História da África e dos africanos, mas que enfatize a cultura negra brasileira, bem como o papel do negro na formação da sociedade brasileira, resgatando a contribuição deste povo em todas as áreas. Essa medida governamental veio para regulamentar uma prática que deveria ser cotidiana, comum, mas que na maioria dos educandários era inexistente ou inexpressiva: o estudo da contribuição do povo de origem africana

para a cultura do Brasil. Ademais, tal dispositivo permite que sejam realizadas reflexões mais profundas dentro dos estabelecimentos de ensino, a fim de que estereótipos histórica e intencionalmente ratificados sejam desconstruídos.

Tal iniciativa vem de encontro ao Currículo Escolar que exclui a participação do povo negro no processo de construção e formação de nosso país. Currículo este que ajuda ainda mais para a cimentação da desigualdade e discriminação social, quando propaga estereótipos e conceitos pré-estabelecidos.

Segundo Hédio Silva Junior:

O silêncio escolar sobre o assunto é uma forma de manutenção das diferenças. Entretanto, este silêncio não é em si mesmo uma ausência de discurso, mas um discurso em que o não dito ganha significados ambíguos ou se estabelece em relação apenas a uma das partes da relação racial. (Silva Junior, 2002, p. 49)

Assim sendo, eximir-se de tal tarefa é, tacitamente, concordar com as práticas sociais, no que concerne aos conceitos de raça e racismo. Desse modo, a inserção de obras que discutam a história e cultura negra, bem como problematizem a posição do negro na sociedade representa um movimento significativo e de extrema necessidade frente aos desafios impostos por uma estrutura social racista e que se move em direção à manutenção de privilégios.

Nesse contexto e com tarefa importantíssima se insere a leitura, pois, ao explorar narrativas e trazer à tona diversas possibilidades, ela é ferramenta que fornece reflexões profundas sobre inúmeros temas relevantes, tais quais as desigualdades raciais que regem as estruturas de nosso país. Por crer na essencialidade do estudo de obras literárias para fomentar a discussão e a reflexão acerca de problemas como este, o objeto deste estudo encontra-se na literatura, mais especificamente em duas obras que apresentam o processo de constituição de subjetividades de personagens negros atravessados pelo racismo: *O avesso da pele*, do autor brasileiro Jeferson Tenório, e *O olho mais azul*, da escritora estadunidense Toni Morrison.

Em consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), foi verificada a existência de produções escritas¹ acerca das obras em questão. Destas, 3

¹ O quadro com a descrição dos trabalhos está disponível no anexo A

(três) trabalhos estudam a obra do autor gaúcho, publicados entre 2020 e 2025. Entretanto, nenhum deles trabalha a questão do processo de formação identitária dos sujeitos negros, abordando temas como o silenciamento de pessoas negras e violências em relação à masculinidade e imagem desses indivíduos. Em relação ao livro de Morrison, foram identificados 10 (dez) estudos que versam sobre essa produção, discorrendo principalmente sobre a figura feminina representada nessas obras, além de estudos comparativos com outras obras.

Não foram encontrados estudos que realizem uma análise comparada entre o autor brasileiro e a escritora norte-americana. Diante disso, este estudo se revela importante tanto pela relevância das obras analisadas quanto pelo seu caráter inédito. Dessa forma, a pesquisa contribui significativamente para a ampliação do debate sobre identidades negras na literatura, oferecendo novas perspectivas críticas e fortalecendo os estudos sobre representatividade e construção identitária na literatura contemporânea.

Em vista disso, este trabalho pretende responder à seguinte questão: quais os possíveis efeitos do racismo na constituição do sujeito negro nestes romances e quais as ações (ou inações) que perpetuam a prática racista nesses espaços?

Para tal, torna-se imprescindível discorrer acerca de conceitos basilares que nortearão a análise das obras, tais quais racismo estrutural, lugar de fala, privilégio da branquitude e colorismo, uma vez que tais elementos se inter-relacionam e são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e psicológicas que moldam as vivências dos personagens. Ao explorar essas questões, busca-se compreender não apenas as manifestações explícitas de discriminação, mas também os mecanismos sutis que sustentam a marginalização e a subordinação do sujeito negro, tanto nos âmbitos privado quanto público, reforçando a continuidade de um sistema racista que se perpetua por meio de atitudes, valores e estruturas sociais profundamente enraizadas.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho baseia-se em uma abordagem qualitativa, com foco na pesquisa bibliográfica. Após a leitura de bibliografia específica e apreensão de conceitos essenciais, far-se-á a análise das obras em questão, com foco nos personagens principais e nos atravessamentos sofridos em sua formação identitária motivados pelo racismo.

A análise buscará identificar como as relações raciais, tanto no contexto familiar quanto social, influenciam as trajetórias dos personagens Henrique e Pedro (*O avesso da pele*) e Pecola e Cláudia (*O olho mais azul*) e como o racismo opera de formas explícitas e implícitas em suas vidas e daqueles que os cercam. Será dada atenção especial às transformações e aos conflitos internos que esses sujeitos enfrentam ao longo de suas jornadas, considerando o impacto psicológico e social dessas experiências. Assim, a pesquisa visa não apenas examinar as obras literárias, mas também compreender os mecanismos através dos quais o racismo impacta a construção do sujeito negro, refletindo sobre as maneiras em que estes elementos podem ser entendidos e desafiados na literatura.

O primeiro capítulo, intitulado *Racismo e identidade*, busca discutir conceitos que orbitam a esfera do racismo e contribuem para a sua manutenção e formação da identidade dos sujeitos negros. No que diz respeito ao respaldo teórico, a pesquisa se pauta na análise crítica de concepções trazidas por autores que discutem o privilégio da branquitude, tais quais Cida Bento (2022); o racismo estrutural, tendo como norteador o professor Silvio Almeida (2019), o colorismo, discutido pela professora Alessandra Devulsky (2021), e questões identitárias da constituição do indivíduo negro à luz do filósofo Frantz Fanon (2020). Além disso, este estudo contará com a produção literária de autores que discutem a referida pauta, como por exemplo as autoras Djamila Ribeiro (2018, 2019 e 2020), Grada Kilomba (2020), entre outros.

O segundo capítulo, nomeado como *Preto no branco: as regras da sobrevivência*, propõe-se a realizar uma análise crítica sobre normas que muitas famílias negras impõem a seus filhos a fim de “blindá-los” das violências cotidianas geradas pelo racismo – fato que é narrado em uma das obras em discussão. Essas orientações, que vão desde como agir, falar e se vestir até as atitudes a adotar para “desviar” de situações de risco, formam uma espécie de manual de sobrevivência – que aqui intitulamos como “cartilha para o negro” – a fim de possibilitar o trânsito “seguro” em um mundo que constantemente ameaça a segurança e a dignidade dos negros. Como discorreremos ao longo do capítulo, além de não alcançar o intuito almejado, tais normativas acabam por ratificar que o problema do racismo se centra no indivíduo e não nas estruturas racistas que estão presentes na sociedade. Além disso, a seção propõe uma análise sobre

como a conscientização e a consciência do racismo se desenvolvem nos personagens envolvidos. Serão discutidas as maneiras pelas quais eles percebem e lidam com o racismo, bem como os impactos dessa percepção em suas trajetórias.

O terceiro capítulo, *Silêncios reveladores: entre o dito e o não dito*, propõe uma análise das manifestações racistas explícitas e implícitas no cotidiano dos personagens das obras em estudo. Ao explorar os silêncios e as omissões, o capítulo revela como o racismo se infiltra nas sutilezas do cotidiano, reforçando estereótipos e perpetuando a marginalização. Além disso, essa seção discute as formas de enfrentamento impostas pelos personagens, bem como o enfraquecimento psíquico daqueles que não conseguem resistir. Deste modo, a análise propõe reflexões sobre o impacto psicológico e social do racismo nas vidas dos personagens e, por extensão, na sociedade representada nas obras. Buscaremos classificar tais aparições em categorias de manifestação: explícita (manifestada abertamente através da fala) e mascarada (percebida através de ações ou inações, silêncios e omissões). No último caso, o racismo revela-se como uma prática intencional, na medida em que o uso da máscara não ocorre de forma inconsciente. Ao contrário, trata-se de um recurso deliberado: todos que a observam são capazes de identificá-la como tal. Assim, longe de ocultar plenamente, a máscara acaba por evidenciar, de maneira ainda mais incisiva, aquilo que se pretende dissimular.

1 RACISMO E IDENTIDADE

Quem somos e qual nosso lugar no mundo? Essa é uma pergunta para a qual, teoricamente, levaríamos uma vida inteira para encontrar a resposta. Entretanto, para alguns ela já vem previamente determinada, antes do indivíduo propriamente constituir-se como sujeito. A resolução para a questão, longe de se constituir como uma facilidade, é uma ferramenta de organização social hierárquica responsável por dividir pessoas em “categorias de humanidades” gradativas, conforme a cor de sua pele e padrões fenotípicos, além de assegurar a continuidade de privilégios a grupos determinados.

Desse modo, espaços são demarcados e geograficamente alinhados e o respeito ou cruzamento de fronteiras pode determinar vida ou morte. De igual forma, identidades são previamente elaboradas, aprisionando vidas e restringindo possibilidades e/ou expectativas.

Não há como falar sobre identidade sem pensar nos atravessamentos históricos e sociais implicados nessa construção, que através de critérios arbitrários e excludentes operam sistematicamente sustentando estruturas de poder e hierarquizando existências. Além disso, é crucial perceber que a identidade não é algo estático ou imutável. Ela se transforma continuamente, influenciada pelas experiências vívidas e pelas relações que estabelecemos com o mundo e com os outros.

1.1 O eu a partir do outro: identidades fragmentadas

A formação da identidade é um processo ao mesmo tempo individual e coletivo, algo construído ao longo da vida humana, e que compõe significativamente a subjetividade de cada um, moldando o modo de cada indivíduo ser, se perceber e ver o mundo. Ao longo da vida, todos os sujeitos

sofrem atravessamentos que impactam na constituição de seu eu, de sua autoestima e podem até mesmo corroborar com a demarcação de sua condição social.

A construção de quem somos é significativa até mesmo no tocante aos rumos de nossas vidas, na medida em que influencia nossas escolhas e objetivos, ampliando ou estreitando possibilidades. Nesse contexto, o convívio social desempenha papel preponderante, pois institui normas que regem o desejável e o indesejável, impactando consideravelmente em nossa formação pessoal e causando conflitos internos na medida em que não nos enquadrados nos modelos preconizados.

No caso do negro, a herança histórica de desumanização e desqualificação enquanto sujeito impingiu a todos os descendentes um espólio de degradação e subjugação. Muitos foram os artifícios utilizados em prol da dominação e do aniquilamento desses indivíduos, dentre eles o apagamento da identidade cultural, destituição da autonomia e dignidade humana daqueles que foram escravizados, o que até hoje reverbera na construção identitária dos que deles descendem. Tais estratégias se unem a fim de destituir o sujeito de valores pessoais e sociais e manter de pé um sistema racista que colabora para a manutenção de privilégios. Segundo Cida Bento:

Descendentes de escravocratas e descendentes de escravizados lidam com heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas. (Bento, 2022, p.23)

Nessa perspectiva, as distorções históricas sofridas por determinados grupos étnicos - e, no caso específico, os afrodescendentes - se constituem em mentiras que são ratificadas histórica e cotidianamente, fazendo com que assumam (até mesmo para o próprio sujeito) o caráter de verdade. Desse modo, concepções estruturais da sociedade ocidental têm talhado e manipulado existências, controlando e cerceando a vida e a liberdade de sujeitos não brancos através de ações concretas e/ou simbólicas. De igual maneira, processos de hierarquização de humanidades distintas deixaram, ao longo do tempo, um legado de facilidades e vantagens aos indivíduos brancos, das quais eles dispõem rotineiramente de forma consciente ou inconsciente.

Embora escravizador e escravizado estejam em lados opostos da balança de poder, o primeiro se fez a partir da existência e da subjugação do segundo, estando a identidade branca historicamente entrelaçada na presença do negro. Assim, o branco se construiu superior às custas da inferiorização do negro, impôs-se como norma usando do artifício de transformar os sujeitos não brancos em sua antítese, os antagonistas que reúnem em si todas as características desconformes e indesejáveis. Nesse sentido, Toni Morrison afirma que:

A necessidade de transformar o escravizado numa espécie estrangeira parece ser uma tentativa desesperada de confirmar a si mesmo como normal. A urgência em distinguir entre quem pertence à raça humana e quem decididamente não é humano é tão potente que o foco se desloca e mira não o objeto da degradação, mas seu criador. (Morrison, 2019, p.54)

Ao elaborar uma identidade que se apoia na exclusão e na degradação do outro, o colonizador buscou autoafirmar-se como superior, deixando atrás de si um rastro de inseguranças e falhas morais que revelam sua própria desconexão ética e humana em relação a princípios e valores. Com o intuito de vitimizar e explorar outras existências, roubou-lhes a humanidade para absolver-se, fugindo do peso moral do remorso.

Em contrapartida, ao ser talhado como “o oposto”, o indivíduo negro recebe de antemão uma gama de “adjetivos” que precedem sua existência e subjetividade e se embaralham na constituição de seu “eu” por serem características que não lhe servem, com as quais não se identifica e que não compõe sua identidade, causando conflitos e embates internos. Como propõe Frantz Fanon, o indivíduo negro veio tardiamente a um mundo já construído e nomeado pelo homem branco, “tudo foi planejado, encontrado, comprovado, explorado. Minhas mãos nervosas nada trouxeram de volta; a jazida se esgotou. Tarde demais!” (Fanon, 2020, p.135). Assim sendo, não resta mais nada a ser elaborado pelo negro: nem a constituição de si próprio. Seu “eu” já preexiste e não é passível de alterações, uma vez que o branco já consolidou definições.

Fanon (2020, p.141) afirma que “o branco quer o mundo; e o quer apenas para si mesmo. Ele se descobre senhor predestinado deste mundo”. Desse modo, é vedado aos sujeitos não brancos a construção de novas existências, a designação de uma realidade divergente ou personalidade própria. Como consequência, o negro entra em conflito, se desprendendo de sua identidade

própria, muitas vezes internalizando conceitos externos e tomando-os como seus, o que fortalece e perpetua injustiças sociais e psicológicas. Conforme Nilma Lino Gomes:

Qualquer processo identitário é conflitivo na medida em que ele serve para me afirmar como um “eu” diante de um “outro”. A forma como esse “eu” se constrói está intimamente relacionada com a maneira como é visto e nomeado pelo “outro”. E nem sempre essa imagem social corresponde à minha autoimagem e vice-versa. Por isso, o conflito identitário é coletivo, por mais que se anuncie como individual (Gomes, 2019, p. 28)

Na medida em que o colonizador constrói o “outro”, este passa a esvaziar-se de seus próprios sentidos e convicções. Parece impossível que se possa ir na contramão de um pretense e ardiloso “senso comum” institucionalizado que segmenta pessoas e as categoriza conforme suas possibilidades e atitudes usando por critério sua etnicidade. Dessa forma, o abalo causado pela visão do sujeito negro em relação ao que é determinado pelo branco acarreta muitas vezes em um auto-ódio por tudo aquilo que o caracteriza, pelo fato de ele se constituir um “desvio da norma”, uma vez que o indivíduo não branco acaba por construir-se (de modo consciente ou inconsciente) a partir do olhar hegemônico do sujeito branco.

Os processos de inferiorização sofridos por homens e mulheres negras são muito complexos e vão desde os aspectos perceptíveis, como a depreciação estética (cor da pele, traços faciais e tipos de cabelo), até questionamentos que invadem sua subjetividade e contestam suas capacidades intelectuais, morais e éticas, muitas vezes associando ações e comportamentos ao conceito de raça. A partir da universalização do sujeito branco como o “padrão”, o “correto” e o esteticamente “bonito”, o indivíduo negro passa a representar o papel de antagonista, ocupando lugar de desvantagem no mundo, por ser destituído de características altamente positivadas em detrimento de outras consideradas impróprias. De acordo com Bárbara Carine Soares Pinheiro:

Por mais que a branquitude tenha criado o conceito de raça, essas pessoas se veem e se projetam no lugar de “ser genérico” de “sujeito universal”; elas, em si, são a representação do humano; racializados são os outros, os afastados da humanidade padrão, são “os menores”, os “menos humanos”. (Pinheiro, 2023, p.36)

O pretensível papel de “sujeito-modelo”, “protótipo da verdadeira e única humanidade”, confere à branquitude o arbítrio de estabelecer hierarquias de gradação do “mais ou menos humano”, com vistas à utilização do conceito de raça para estabelecimento de escalas de poder e privilégio. Desse modo, a branquitude é naturalizada e torna-se invisível como uma posição de privilégio, enquanto as pessoas racializadas são constantemente lembradas de sua diferença e relegadas à subalternidade.

É inegável que a ideia que cada sujeito constrói de si próprio está contaminada, em certa medida, pelo modo como os demais o veem, bem como conforme se vê representado em sociedade por seus pares. A forma como nos percebemos é fortemente influenciada pelo modo como somos vistos, num entrelaçamento contínuo e indissociável. A imagem de si que o indivíduo vê espelhada pela sociedade pode contribuir favorável ou desfavoravelmente na constituição da individualidade de cada um, na medida em que ocorre a internalização de julgamentos de valores externos manifestados. Segundo Neusa Souza:

A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um ideal do ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificador incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo. Entre o ego e o seu ideal cria-se, então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor às custas de sua possibilidade de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico. (Souza, 2021, p.25)

Padrões irreais e alienantes, além de sofrimentos psicológicos implicam na autodepreciação, que é uma consequência complexa e multifacetada do racismo e da opressão sistêmica sofrida por negros em todos os espaços em que circulam. Pinheiro (2023, p. 57) afirma que a autoestima é uma construção aprendida, assim como o auto-ódio, pois, segundo ela, aprendemos a nos odiar a partir do ódio dos outros e aprendemos a nos subalternizar a partir de uma construção subjetiva através de um espelho quebrado, pois como o indivíduo não se vê potente, ele não se pensa potente. A ideia de que o branco dita o "correto" cria um sistema no qual as perspectivas, experiências e culturas não brancas são marginalizadas ou desvalorizadas, pressionando o negro a se conformar com os padrões a ele impostos e criando uma atmosfera de inadequação e alienação.

Silvio Almeida (2019, p.49) afirma que tanto o “ser branco” quanto o “ser negro” são construções sociais e, assim sendo, atendem a objetivos e sujeitos específicos, resultantes de contextos históricos próprios e moldados por dinâmicas de poder. Tais processos subvertem existências e constituem-se muitas vezes em manipulações do pensamento, uma vez que, segundo o autor, pessoas negras podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas. Submetidas às pressões de uma estrutura social racista, o mais comum é que homens e mulheres negros internalizem a ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandem e negros obedeçam.

A forma como nos vemos é uma projeção construída ao longo de nossa trajetória, influenciada por fatores familiares e sociais, sendo que, no caso de pessoas negras, muitas vezes imagens opostas de si entram em choque: aquele que muitas vezes é positivado em seu grupo familiar, ao se ver inserido em sociedade, percebe uma imagem diferente em relação a si projetada pelo outro. Nilma Lino Gomes (2019, p.35) assevera que a construção da identidade negra se dá no espaço da casa, da rua, do trabalho, da escola, do lar, da intimidade, ou seja, na relação entre o público e o privado. As percepções apreendidas em cada um destes ambientes são responsáveis pela construção emaranhada do eu do indivíduo negro, mas fortemente influenciado pela visão distorcida da branquitude, bem como pela complexa interação de fatores sociais, culturais, econômicos e históricos por ela moldada.

Nesse sentido, Fanon (2020, p. 159) expõe as violentas consequências da inserção de uma criança negra numa sociedade branca ao afirmar que “uma criança negra normal, tendo crescido em uma família normal, passará a ser anormal ao menor contato com o mundo branco”. A configuração da personalidade de um indivíduo “normal” por si só já se constitui num processo complexo e conflituoso, visto que atravessado por fatores pessoais e sociais. Com os sujeitos negros, a complexidade se expande tendo em vista que ele se configura em um “diferente” num mundo de “iguais”.

No caso específico da infância, quando inseridas numa sociedade de ideais e cultura branca, crianças pretas sofrem extrema violência, pois logo cedo percebem-se colocadas à margem, excluídas de um mundo que parece não ser seu, que não foi construído para ela, num processo brutal, doloroso e traumático.

Na verdade, toda criança nasce percebendo-se como um ser comum, normal, integrante de um coletivo. Quando em sociedade, passa a integrar um sistema que racializa e que divide seres humanos em subcategorias. Nesse momento, a criança descobre o que é ser uma pessoa negra. Detecta que *ela* é uma pessoa negra, e a experiência não é boa. Alessandra Devulsky assevera que:

O momento do primeiro contato com o racismo na vida de um negro ou de uma negra é circunstancial, imprevisível e pode ocorrer mesmo antes que o sujeito racializado se dê conta da discriminação sofrida. Contudo, é só a partir do momento em que introjetamos a ideia de que somos percebidos por brancos de maneira diferente, e isso se transforma em um fato, como código da sociedade, que passamos a nos enxergar como negros. (Devulsky, 2021, p. 15)

Segundo William Edward Burghardt Du Bois, ser negro é uma sensação peculiar, essa consciência dual, essa experiência de sempre enxergar a si mesmo pelos olhos dos outros, de medir a própria alma pela régua de um mundo que se diverte ao encará-lo com desprezo e pena. Segundo ele “o indivíduo sente sua dualidade - é um norte-americano e um negro; duas almas, dois pensamentos, duas lutas inconciliáveis; dois ideais em disputa em um corpo escuro, que dispõe apenas de sua força obstinada para não se partir ao meio” (Du Bois, 2021 p. 23). O conceito de “dupla consciência” trazido pelo autor se estende a todos os indivíduos negros em quaisquer países pelos quais transitem, pois todos compartilham dos conflitos internos causados por serem não brancos numa sociedade que impõe a branquitude como norma, como ratifica Fanon (2020, p. 186): “aonde quer que vá, um negro continua sendo um negro”. Nessa perspectiva, a dualidade de se constituir negro e norte-americano ou negro e brasileiro, por exemplo, consiste em binarismos praticamente inconciliáveis devido à barbárie do racismo que conduz sociedades e determina condições de (in)existência.

Quando inseridas no meio social, pessoas negras conhecem na prática o conceito de branquitude e os privilégios a ele atrelados. Nesse lugar, diferenças são nitidamente marcadas e postas à luz de holofotes onde o negro percebe-se rotulado. Não é outorgado a ele o direito de pensar-se para além de seus traços fenotípicos, e desde muito cedo lhe é ensinado que a cor é um fator de extrema

relevância em quaisquer situações. Segundo Fanon, acerca da “fixação” de identidades:

Nenhuma chance me é concedida. Sou sobredeterminado a partir do meu exterior. Não sou escravo da ideia que os outros fazem de mim, mas de minha aparência. (Fanon, 2020, p.131)

O autor evidencia que não há vida dissociada do tom de pele, não há situação em que essa característica não se constitua como fator determinante e decisivo. Desse modo, a personalidade da pessoa não branca vai se construindo através de camadas que são depositadas uma sobre a outra, representando experiências associadas à cor da pele, que delimitam e demarcam zonas. Através dessas experimentações sociais apreendidas nos contextos individuais e familiares que ocorre a consciência da negritude, o ser humano descobre-se limitado a uma “raça”, não tendo sua cor como uma dentre das inúmeras características que o constitui, mas como a única que para a sociedade verdadeiramente importa.

A partir disso, os sujeitos passam a reconhecer discriminações raciais explícitas e implícitas, julgamentos de valor e estereotipificação desonrosas que ferem sua dignidade e abalam seu amor-próprio. Esse aniquilamento da autoestima operado pelo racismo destrói o negro de fora para dentro, tornando-o oco de certezas e cético em relação às suas próprias qualidades, aptidões e atributos, enredando-o desta forma ao sistema que o enclausura e o confina. Desse modo, a subjetividade de cada um flutua por espaços radicalmente opostos: por não ser branco não se é digno das distinções atreladas à cor, no entanto ser negro significa ser colocado à margem, desumanizado e menosprezado.

Toda essa estrutura perversa aprisiona a subjetividade do indivíduo em questão, que trava consigo um constante embate entre o ser e o não ser e as consequências advindas de ambas as escolhas. De acordo com Djamila Ribeiro:

Quando discutimos identidades, estamos dizendo que o poder deslegitima umas em detrimento de outras. O debate, portanto, não é meramente identitário, mas envolve pensar como algumas identidades são aviltadas e ressignificar o conceito de humanidade, posto que pessoas negras em geral e mulheres negras especificamente não são tratadas como humanas. (Ribeiro, 2018, p. 27)

Essa intersecção que ocorre entre identidade, poder e desigualdade opera para deslegitimar e marginalizar grupos específicos e aponta para o fato de que estruturas de poder influenciam na forma como os sujeitos são percebidos e tratados na sociedade, bem como eles mesmos se percebem. Essas dinâmicas de dominação e privilégio que permeiam todas as esferas da sociedade se refletem em sistemas de opressão institucionalizados, que perpetuam narrativas de inferioridade e subordinação em relação a determinados grupos.

Muitas e corriqueiras são as associações negativas atribuídas à identidade étnica africana que fazem com que, muitas vezes, pessoas negras distanciem-se de sua etnicidade, internalizando a cultura dominante como superior à sua como forma de fuga do estigma associado ao seu grupo étnico. Nesse processo, não são raras as vezes em que o negro é forçado a naturalizar o racismo, o que o alimenta e mantém as estruturas por ele sustentadas, conforme cita Jessé Souza

a aceitação da própria inferioridade pelo oprimido é o fundamento central e mais importante de todo tipo de dominação estável que tenha existido na história humana. (Souza, 2021, p.23):

Além disso, é comum aos indivíduos não brancos, desde o seu nascimento, o seu aprisionamento na cultura da excelência como forma de autodefesa e tentativa de adequação. A esses sujeitos cabe o fardo de serem absolutamente ideais, ratificando seu valor através da perfeição em todas as suas ações na busca irrefreada por validar suas capacidades e existência. Grada Kilomba (2020, p. 159) afirma que “enquanto a branquitude pode ser incoerente e ter defeitos, espera-se que a negritude seja perfeita e precisa”. Entretanto, é vedado ao negro “excelente” que demonstre autoconfiança, pois negro confiante é “arrogante”, uma vez que, ao humanizar-se, desafia estereótipos de submissão e inferioridade. Jeferson Tenório, em sua obra, ilustra tal fato na trajetória do protagonista:

Você não só mostra que é capaz, como também, precisa mostrar que é sempre melhor. E quando você falha, quando você cai, você precisa abrir mão da autopiedade, mesmo que seja a sua única bengala, mesmo que haja um mundo nefasto ao seu redor, é preciso ser honesto com seus afetos. Mas isso dói. E às vezes não se quer ter essa coragem. E ainda assim, por mais que você seja sincero consigo, por

mais que você derrube as ilusões, sobrar sempre aquela dúvida sobre suas reais capacidades. E essa é a perversidade do racismo. (Tenório, 2020, p. 86)

O imperativo da excelência, embora pareça apresentar uma brecha para que o negro se insira no mundo, constitui-se em uma nova forma de desumanização e escravização, pois o indivíduo não tem o direito de ser quem é, tendo de se mostrar infalível o tempo todo a fim de receber validação. Como ressalta Fanon (2020, p.203): “depois de ter sido escravo do branco, ele se autoescraviza. O negro é, no pleno sentido da palavra, uma vítima da civilização branca”.

Além disso, reforça a ideia de que pessoas negras precisam de maior esforço a fim de equiparar-se a seus pares brancos, comportamento que corrobora ainda mais para que os sujeitos questionem constantemente suas qualidades e conquistas, nunca se julgando bons o suficiente ou merecedores dos espaços que ocupam. Ademais, consiste numa luta vã: o negro exige o máximo de si mesmo para que seja digno do mínimo.

Desumanizar o negro, de uma forma ou de outra, destituindo-o de quaisquer valores, sejam eles estéticos ou morais, é uma antiga e articulada forma de negar e desvalorizar a presença histórica desse grupo étnico na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, Nilma Lino Gomes destaca:

No Brasil, o racismo, a discriminação e o preconceito racial que incidem sobre os negros ocorrem não somente em decorrência de um pertencimento étnico expresso na vida, nos costumes, nas tradições e na história desse grupo, mas pela conjugação desse pertencimento com a presença de sinais diacríticos, inscritos no corpo. Esses sinais remetem a uma ancestralidade negra e africana que se deseja ocultar e/ou negar. Além disso, são vistos como marcas de inferioridade. A presença desses sinais é rejeitada pelo ideal do branqueamento e tratada de maneira eufemística no mito da democracia racial. (Gomes, 2019, p. 40)

A percepção dos traços fenotípicos negros como marcadores de inferioridade é um dos mais recorrentes métodos de aniquilamento da autoestima do sujeito em questão, pois, ao perceber-se distinto por suas características físicas, ele busca assimilação com os padrões impostos pela branquitude. Esta, “verdadeiro oráculo da humanidade”, impõe o que é belo, adequado e desejável e, privilegiando a estética e a visibilidade brancas, opera o mecanismo do silenciamento de outras aparências e narrativas possíveis.

Nesse contexto, discute-se o conceito de representatividade, como aliada importante no reforço positivo na constituição identitária dos sujeitos não brancos. Bárbara Carine Pinheiro (2023, p. 20) reforça que a visibilidade age de modo a fazer com que se aspire novos lugares sociais, pois, uma vez que o indivíduo se vê representado, ele considera a possibilidade de ocupar espaços que antes lhe eram negados.

Ser representado é uma ferramenta de extrema importância, não apenas no que tange à busca por equidade de oportunidades, mas também por agregar imenso valor na individualidade de cada sujeito. Entretanto, ela por si só não é suficiente para que se abra “espaço” num mundo onde conceitos de estereotipização estão tão fortemente arraigados. Conforme Raiane Lacerda e Alan Soares:

A representatividade, porém, tem suas limitações. Ela, por si só, não é capaz de romper as estruturas racistas, pois a criança sonhar com novos espaços não significa que ela poderá, efetivamente, ocupar esses espaços - o espaço de contar as próprias histórias, em vez de se limitar a ouvir as histórias que contam para ela. (Lacerda; Soares, 2023, p.12)

Ainda que a representatividade seja um componente importante na luta contra o racismo, ela precisa ser acompanhada por diversas mudanças, muitas delas estruturais, a fim de permitir que os indivíduos em questão possam efetivamente implementar alterações no complexo sistema social em que estão inseridos, o que confirma Almeida:

O racismo não se resume a um problema de representatividade, mas é uma questão de poder real. O fato de uma pessoa negra estar na liderança, não significa que esteja no poder, e muito menos que a população negra esteja no poder. (Almeida, 2019, p.68)

Estruturas de poder e vantagens fazem com que o indivíduo negro tenha seu espaço limitado, protegendo, dessa forma, privilégios historicamente adquiridos e fortemente preservados para pessoas brancas. Assim sendo, é importante que não haja ilusão frente à fina película da representação: é preciso ir muito além e examinar as estruturas de poder subjacentes que tolhem ações e trabalham em prol da perpetuação das desigualdades.

1.2 Privilégio da branquitude – ignorância consentida

Espaços de poder são historicamente ocupados e destinados a grupos sociais e étnicos determinados, numa sucessão naturalizada e banalizada. Desta forma, convivemos com lugares “fechados” para pessoas não brancas, por não se enquadrarem nos padrões firmados pela branquitude como pressupostos básicos para a condição de “aptos” a atividades específicas. Ocorre, deste modo, um determinismo social e biológico que compartimenta cada sujeito em seu devido espaço, segundo a lógica colonialista. Conforme Cida Bento (2022, p. 74): “os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de privilégio, poder e mando”, sair da subalternidade e apropriar-se de novos papéis constitui-se, para a branquitude, como uma anomalia, algo impossível de ser atribuído ao sujeito que já recebeu taxaço. Eis aí uma das malhas que tecem o racismo: a perda da individualidade dos sujeitos e a consequente coletivização. O branco, por delimitar o negro, pensa que o conhece e o classifica conforme critérios próprios, muitos deles embasados em ciência construída e senso comum embranquecido.

O termo "pacto da branquitude" é usado para representar um conjunto de privilégios e vantagens sociais que as pessoas brancas têm em sociedades racistas. Esse conceito sugere que a branquitude, enquanto categoria racial “dominante”, estabelece e mantém um acordo subentendido, implícito e que atravessa a história e se mantém até os dias atuais, para preservar seu *status* privilegiado às custas das pessoas não brancas, especialmente as pessoas negras. Desta forma, ao pensar o mundo a partir de si (sujeito universal), o branco tem a falsa certeza de que todos os direitos são seus e que os espaços que ocupa lhe foram conferidos de forma justa e acertadamente. Conforme afirma Cida Bento (2022, p. 63): “privilégio branco é entendido como um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não”.

Embora seja comum que sujeitos brancos não se sintam “beneficiados” diretamente por sua ascendência, os meios sociais os presenteiam rotineiramente com a acessibilidade gratuita e irrestrita a incontáveis recursos e esferas - o chamado privilégio da branquitude. O termo *branquitude* se relaciona

com a concepção de raça, criada pelo europeu a fim de classificar seres humanos por ordem de importância e valor, justificando desta forma toda a sorte de violências e explorações sofridas por determinados grupos, em favor da ascensão de outros, bem como a perpetuação de estereótipos e a institucionalização do racismo. De acordo com Pinheiro:

Historicamente, o conceito de raça surgiu na modernidade europeia como um importante marcador de hierarquização humana que possibilitou distinções entre as pessoas a fim de categorizá-las hierarquicamente do ponto de vista estético (fenotípico). (Pinheiro, 2023, p. 36)

A sociedade acata e aceita as “facilidades” recebidas pelos indivíduos brancos que vantajosamente não se reconhecem como detentores de tais regalias. Conforme Cida Bento (2022, p. 63), trata-se da “cegueira conveniente e o silêncio cúmplice da branquitude”, essa leniência com que as “benesses não solicitadas” continuam a ser usufruídas. Isso se deve provavelmente à naturalização destes processos sociais e, acima de tudo, ao temor de tê-los retirados, pois, ainda que resistam em reconhecer a existência desse complexo sistema de facilidades que os acompanha historicamente, ele não deixa de existir e conseqüentemente desfavorecer aqueles deixados à margem. Bárbara Carine Pinheiro acrescenta que:

A branquitude não é necessariamente sobre a cor da pele, mas sobre os acessos sociais que a cor da pele garante. É sobre a boa aparência para todos os empregos, é sobre ocupar todos os espaços de poder, é sobre possuir a estética da beleza e da credibilidade. Nesse intuito, a branquitude é um conceito dialético que articula o lugar de sujeito universal branco com os privilégios que beneficiam todos/as os/as integrantes deste coletivo. (Pinheiro, 2023, p. 55)

Dessa forma, o racismo é alimentado por uma ordenação que opera sistematicamente nos níveis institucionais e estruturais, restringindo espaços, delimitando papéis e posições sociais e, obviamente, favorecendo brancos em detrimento de negros. Estar enquadrado dentro de moldes pré-estabelecidos assegura trânsito livre e acessos naturais. Nesse sentido, a autora comenta que as vantagens que pessoas brancas têm são caracterizadas como privilégios, ainda que não sejam signatárias, pois usufruem delas espontaneamente. Almeida (2019, p. 41) comenta que os privilégios de ser considerado branco não dependem de o indivíduo socialmente branco reconhecer-se ou assumir-se

como branco, e muito menos de sua disposição em obter a vantagem que lhe é atribuída por sua raça, visto que as benesses carregadas pela branquitude são representações de um fenômeno estrutural e automático.

Ademais, o determinismo social constitui-se num aniquilamento de perspectivas, uma vez que a convicção da existência de um sistema de manutenção de privilégios esvazia o sujeito negro de possibilidades, enredando-o na teia da naturalização de posições, negando-lhe uma brecha para que se insira no mundo, que permita que sua experiência de vida exista fora de um lugar pré-determinado. O sujeito se percebe vivendo na impossibilidade, flutuando em meio a um complexo e interconectado aparelho composto por barreiras estruturais.

Nesta perspectiva, dismantelar estruturas, desarmar organizações secularmente construídas prevê a perda de benefícios recebidos de forma inata, presume abrir mão de desfrutar de vantagens diversas recebidas por conta de sua cor. Cida Bento atenta para a necessidade de admitir que este sistema existe e que precisa ser considerado como um alargador de desigualdades raciais:

reconhecer que alguns dos sistemas existentes hoje foram construídos para manter negras e negros em condição de inferioridade; significa refletir sobre o que o dismantelamento desses sistemas fará com a vida das pessoas que dele vêm se beneficiando. (Bento, 2022, p. 123)

Silvio Almeida (2019, p. 49) acrescenta que o silêncio, a omissão e a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vêm acompanhados de um pesado investimento na colocação desse grupo como paradigma de referência da condição humana. Desse modo, ainda que reconheçam sua posição de vantagem em relação a sujeitos negros (o que não é comum), deslocar essa estrutura causaria um desconfortável impacto social, alcançando não apenas a esta, mas às futuras gerações. Nessa perspectiva, Cida Bento afirma que:

O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar

de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. (Bento, 2022, p. 24-25)

Um subterfúgio comumente utilizado para que refutem os privilégios recebidos ao longo da história é a pretensa ideia da meritocracia, na qual grupos específicos se ancoram negando as facilidades recebidas e atribuindo seus ganhos unicamente aos próprios méritos individuais, ocultando as desigualdades sistêmicas. Essa concepção acaba por reforçar os ideais de supremacia branca e inferioridade negra.

O conceito por detrás do termo apregoa consigo a falácia de que poder e recursos são distribuídos de acordo com o mérito individual, ou seja, com base no esforço e dedicação de cada indivíduo. Segundo essa compreensão, as recompensas advêm de capacidades particulares, sem que haja quaisquer intervenções externas ou privilégios concedidos. Entretanto, na prática e inserido numa realidade racista e excludente, o sistema acaba por tornar-se um artefato extremamente excludente e estereotipado. Segundo Silvio Almeida:

A soma do racismo histórico e da meritocracia permite que a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja entendida como falta de mérito dos indivíduos. (Almeida, 2019, p. 51)

Tal entendimento prevê que, se os sujeitos não brancos não conseguem alcançar papéis de destaque e protagonismo na sociedade, não há nenhum entrave que os impeça a não ser sua incapacidade própria, reforçando a ideia da inaptidão do negro para ocupar determinados espaços. Desse modo, os históricos mitos da supremacia branca se reforçam e contribuem para a materialização de estereótipos delimitadores de capacidades e, assim, o perverso sistema racista fecha seu ciclo, pois, além de atestar ao branco suas capacidades individuais superiores, convence o negro de sua inferioridade natural.

A meritocracia circunscreve o negro à “subalternidade natural”, convencendo-o (e convenientemente à branquitude) de que sua posição social é única e exclusivamente motivada por sua inércia e inaptidão, não existindo quaisquer obstáculos que o impeçam de ascender socialmente. Esse método, além de colocar o negro “no seu lugar”, ainda conforta e absolve a branquitude por ignorar profundas desigualdades históricas e estruturais causadas pela

escravização; legitima o poder nas mãos do branco e o isenta de sua responsabilidade coletiva pela manutenção de tais estruturas. Segundo Almeida:

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial. (Almeida, 2019, p. 51-52)

É importante destacar que o racismo é um complexo sistema no qual inúmeras estruturas coexistem e se retroalimentam a fim de manter configurações de poder e ordem que inibem de forma veemente qualquer perspectiva de alteração. O racismo não diz respeito (unicamente) a fatos isolados e particulares, ele é uma densa estrutura que se perpetua e impede a construção de espaços verdadeiramente meritocráticos, destitui os sujeitos negros de liberdade, protagonismo e independência, relegando-os a papéis e funções de subalternidade. Segundo Almeida:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. (Almeida, 2019, p. 33)

Conforme o autor, o racismo é um subproduto do ordenamento social, não podendo ser visto como um fato isolado, esparso. Ele é um artefato construído socialmente e usado em larga escala de modo explícito e habitual, entrelaçado com o funcionamento de instituições e normas culturais e perversamente naturalizado.

É necessário salientar a visão de Almeida (2019, p. 15) quando aponta que o racismo por si só é estrutural, consistindo em uma das ferramentas que eterniza um poderoso sistema de hierarquia social baseada no conceito de raça. Essas práticas, de aparição cotidiana, são incorporadas como parte natural da vida social por integrarem além de instituições, situações da vida cotidiana.

Segundo Lia Vainer Schucman (2012, p. 30), a branquitude é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas, o que significa dizer, segundo a autora, que, em sociedade, caso tudo ocorra dentro da normalidade, o resultado será sempre racista.

Outro mecanismo perverso que integra a estrutura racista é o colorismo, uma vez que, não obstante o homem negro se despersonalizar e, na disputa de valor com o indivíduo branco, comumente ser o perdedor, essa subclassificação hierarquiza dentro da própria raça negra um sistema de valoração em que se despoja totalmente aquele ausente de traços fenotípicos brancos em detrimento do miscigenado. Desse modo, mesmo dentro de seu grupo étnico, o indivíduo negro é pautado pela branquitude e seus critérios de “aceitabilidade”.

Como afirma Alessandra Devulsky (2021, p. 62) “o colorismo separa os seus pela diferença” na medida em que apresenta uma escala cromática em vigor em nossa sociedade que pauta o “mais ou menos negro”. Ele cria uma unidade de medida que opõe os polos branco e preto, favorecendo aqueles que estejam mais próximos à branquitude, o que, invariavelmente dá a estes sujeitos mais acessos na sociedade. Ao mesmo tempo, essa subcategorização fragmenta ainda mais um grupo já fragilizado e vulnerável, historicamente à mercê de toda sorte de violências e opressões. A autora argumenta que:

O colorismo é, de certa forma, um subproduto rançoso do racismo na medida em que sujeita aqueles que têm a pele mais escura àquilo que sofremos vindo dos brancos, o que constitui uma forma de aceitação da hierarquia racial e, portanto, das relações de dominação que atuam em seu detrimento. (Devulsky, 2021, p.13)

Distanciar-se de seu grupo étnico devido ao fato de apresentar características físicas que o “branqueiam” acarreta a hostilidade e o ressentimento por parte de seus pares em função dos “favores adquiridos” em meio aos brancos. Do mesmo modo, o negro mais claro também não encontra lugar permanente na branquitude, por ser lembrado a todo instante de seu caráter transitório de “não branco na totalidade”. Isso configura um estado de constante instabilidade, pois sua classificação étnica é variável.

Outorgam-lhe o “benefício” de estar entre os brancos e conviver de modo pacífico, desde que limites sejam preservados. Entretanto, ele deve circular

portando seu salvo conduto que valide e garanta sua permanência, caso seja reavaliado como negro. Esta identidade “em suspenso”, vulnerável a quaisquer circunstâncias interpretativas, colocam o “negro claro” em estado de constante vigilância e o impedem de consolidar uma identidade própria. E ainda que ele receba “autorização” para transitar em espaços onde negros retintos sequer podem adentrar, ele deve ter consciência de que não é alcançado pelos benefícios da branquitude e de que realiza uma empreitada fadada ao insucesso, visto que jamais terá, frente ao sujeito branco, igualdade em valor e possibilidades e nunca estará isento do racismo.

Neusa Souza afirma que:

Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. (Souza, 2021, p.25)

Desse modo, a sociedade racista que impele o negro ao branqueamento violenta esses sujeitos constante e incessantemente, pois, em busca de adequação e espaço, veem como única alternativa negar sua etnicidade e identidade nata. Fanon (2020, p. 114) defende que “o negro não deve mais se ver colocado diante desse dilema: branquear-se ou desaparecer, mas deve poder tomar consciência de uma possibilidade de existir”. A possibilidade da estruturação de uma “existência” negra (nas formas coletiva e individual), isenta de quaisquer resquícios racistas coloniais, constitui-se na possibilidade de uma abertura para um mundo que não se pense apenas branco, espaços onde diversas perspectivas possam coexistir em equidade.

É necessário que as realidades sejam percebidas através de ângulos distintos a fim de explorar as condições de negros e brancos, numa ótica de visão não periférica, desvendando situações que não atingem diretamente a população branca e que se encontram fora de seu campo de visualização (de modo intencional ou não).

1.3 O lugar de fala: reconstrução de identidades

Lugar de fala é um conceito atualmente em pauta e que está diretamente relacionado à identidade, domínio e representação. Ele diz respeito ao fato de

como as experiências vivenciadas por um indivíduo através de sua condição social, etnia, gênero, orientação sexual, entre outras especificidades, impactam em sua percepção do mundo e das relações humanas. Ribeiro (2020, p. 69) afirma que o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar, porém o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. Isso significa dizer que somente os sujeitos diretamente atravessados por opressões e violências diversas podem narrar de forma legítima a partir de seu lugar em determinada conjuntura.

Além disso, por representar uma condição única e individual, o lugar de fala nos permite perceber que possuímos vozes distintas, uma vez que partimos de lugares diferentes, vivências e condições desiguais. Assim sendo, parece óbvio concluir que as oportunidades e tratamentos dispensados às vozes descredibilizadas não é diferente: por vezes são vistas com incredulidade, por outras silenciadas. Segundo Orlandi:

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s). (Orlandi, 1992, p.105)

Narrar é necessário, pois significa materializar experiências, trazer à luz acontecimentos desconhecidos ou apagados da história intencionalmente. Ao narrar, o fato tem a possibilidade de tornar-se crível, e, deste modo, pode impactar significativamente na forma como percebemos o mundo e interagimos uns com os outros. Ao narrar-se, passamos a configurar nossa existência, nosso espaço no mundo, pois, segundo Djamila Ribeiro (2020, p. 64), o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir, condição essa negada ao povo negro.

O direito à fala é inseparável do direito à existência, uma vez que sem voz não há presença ou importância. Por ter sua humanidade negada, o discurso do negro foi historicamente silenciado, sendo que, deste modo, o branco assumiu sua voz e perspectiva, consolidando, através de suas narrativas, a ideologia da pretensa incapacidade intelectual do indivíduo negro e de sua própria soberania.

Infelizmente, ao longo dos anos, discursos de poder e de desumanização foram largamente disseminados e assimilados (e em alguma medida ainda são),

construindo rótulos e descredibilizando narrativas que se contrapunham a eles. Nessa empreitada, muitas histórias foram circunscritas ao lugar de insignificantes, infundadas e, em determinada medida, fictícias.

Silenciar e descredibilizar outras vozes tem se mostrado um artifício eficaz para a manutenção de um sistema que se sustenta no desequilíbrio. Diferentes narrativas têm o potencial de reduzir desigualdades e combater a marginalização de determinados grupos, pois oferecem novas perspectivas. No entanto, ao se potencializar visões distorcidas, limitadas e carregadas de subjetividade e intencionalidade, reforça-se a lógica de um modelo racista.

Múltiplas narrativas tendem a agir em favor da complexidade cultural e de perspectivas, moldando e validando desta forma contextos sociais e históricos distintos. Segundo Raiane Lacerda e Alan Soares:

conforme o número de histórias se torna mais diverso, diferentes criadores que falam de diferentes lugares e carregam consigo diferentes atravessamentos socioculturais, mais estereótipos da história única perderão sua dominância, até se tornarem apenas mais um entre um sem-número de narrativas. (Lacerda; Soares, 2023, p. 16)

Assim sendo, é importante que vários relatos coexistam sem que um tenha prevalência em relação ao outro, pois partem de diferentes sujeitos imersos em vivências e óticas distintas. Segundo Djamila Ribeiro (2018, p.26), pensar novas epistemologias, discutir lugares sociais e romper com uma visão única não é imposição – é busca por coexistência. Entretanto sabemos que algumas falas ecoam muito mais que outras e que uma narrativa contada por uma voz descredibilizada (mesmo que sendo a sua própria) corre o risco de assumir o caráter de ficcional, uma (sub)versão não tão confiável quanto a história dominante. De acordo com a autora:

Os saberes produzidos por indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias. (Ribeiro, 2020, p.75)

Entretanto, há que se lembrar que tradicionalmente existe apenas um viés histórico. A narrativa tem cor – branca – e ela se universaliza ao falar por todos. Ao excluir a perspectiva de outros grupos étnicos, ela alimenta um sistema de

dominação, de detenção do poder e contribui para a perpetuação de estereótipos específicos. Sob esse olhar, Chimamanda acrescenta:

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (Addiche, 2019, p. 9)

Estereótipos criam barreiras por vezes intransponíveis, por representarem enquadramentos rígidos que permeiam os tecidos sociais e são transmitidos de geração em geração, o que dificulta sua desmistificação. Deste modo, os sujeitos tornam-se incapazes de demonstrar sua diversidade e a complexidade de suas experiências individuais, tolhidos por um sistema determinista e que restringe possibilidades.

Por muito tempo, uma foi a narrativa tida como verídica, sendo que, por ser subjetiva, punha alguns sujeitos em posição de privilégio em detrimento de outros – marginalizados. A história contada trouxe consigo uma carga de valores extremamente negativos, que desconstruiu a humanidade e a subjetividade dos demais sujeitos em questão, roubando-lhes o valor e sua própria identidade.

Além disso, ao narrar apenas um lado da história, a visão parcial acabou por omitir as experiências cruéis pelas quais indivíduos negros passaram, numa completa “edição” do passado. Essa manipulação da memória histórica tem implicações profundas nas relações sociais contemporâneas. Para compreender as dinâmicas do racismo na sociedade brasileira, é fundamental reconhecer os diferentes lugares de fala e experiência vividos por negros e brancos. Nesse sentido, Ribeiro destaca que:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. (Ribeiro, 2020 p.84)

A diversidade de perspectivas nas narrativas histórica e literária traz consigo informações negligenciadas, preenche lacunas e pode corrigir injustiças oriundas de um discurso eurocêntrico, demarcando outras existências e experiências e se aproximando de uma história mais autêntica. Ademais, diferentes abordagens podem corrigir erros históricos e livrar grupos sociais de um legado de mentiras e degradação moral. Como assevera Chimamanda

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (Addiche, 2019, p.16)

Discursos são poderosas ferramentas da manutenção do poder, pois moldam e estratificam pensamentos, assentando estruturas sociais. Desta forma, são atravessados por elementos subjetivos que, em determinada medida, interferem no curso dos acontecimentos, desvirtuando-os ou manipulando a realidade em favor de quem narra.

Cada indivíduo e grupo social carrega consigo uma perspectiva particular e única sobre os fatos vivenciados, tornando sua história legítima e pautada no vivido. Nesse sentido, mesmo que sejam mobilizados esforços por parte de indivíduos brancos, a fim de compreender a lógica racista e as consequências que ela acarreta, ele jamais poderá assimilar como isso se processa junto à pessoa negra.

No caso das sociedades pós-coloniais, mas de tecitura colonialista, a organização foi sistematizada a fim de reconhecer apenas as narrativas brancas, do “sujeito universal”, inviabilizando e ocultando outras existências. Estratégia essa utilizada como forma de ratificar historicamente a exploração e o domínio sobre corpos e culturas de grupos étnicos distintos, além de nomear como incapazes de autorrepresentação os colonizados.

2 PRETO NO BRANCO: AS REGRAS DA SOBREVIVÊNCIA

“Preparar para a vida, quando se trata de uma criança negra, é ser brutalizado o bastante para aprender a lidar com a brutalidade do mundo. É um ciclo que se propaga impedindo a gente de ser, somente ser.” (Ribeiro, 2021, p.24)

A estrutura racista é tão desumana e possui raízes tão profundas que atravessa até mesmo as esferas majoritariamente negras, como a família por exemplo, que se constitui no primeiro núcleo social a que as crianças têm acesso. A partir das interações realizadas no meio familiar, o sujeito inicia sua trajetória na construção de sua visão de mundo, no desenvolvimento de valores e caráter, na compreensão de si mesmo e do outro, além da formação e interiorização de suas crenças. Segundo Neusa Santos Souza:

A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinaram a ser uma caricatura do branco. Rompendo com esse modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio. (Souza, 2021, p. 115)

Assim sendo, construir a si próprio enquanto indivíduo negro, só seria possível desvinculando-se de quaisquer parâmetros pré-existentes, mesmo os advindos do grupo familiar, uma vez que eles muitas vezes reproduzem um ideal de comportamento e civilização branca. Assim sendo, o sujeito poderia reivindicar a possibilidade de existir como um ser pleno, não como uma distorção do outro.

No entanto, no afã de libertar-se (e libertar os seus) de um sistema em que se encontra oprimido, o indivíduo negro acaba por criar um conjunto de práticas que regem seu comportamento, impingindo a ele um padrão de hábitos que, do mesmo modo que as práticas racistas, o aprisiona. Tais normativas tacitamente estabelecidas discorrem acerca de como o sujeito deve apresentar-se socialmente, não apenas no que diz respeito à sua aparência (como vestir-se, que tipo de cabelo adotar, etc.), mas também elencando um repertório de

comportamentos de como agir ou não agir (não falar alto, não correr, não realizar movimentos bruscos, adotar um comportamento padrão em estabelecimentos comerciais e em abordagens policiais, etc.).

As referidas estratégias – uma verdadeira cartilha para o negro – são idealizadas visando “blindar” os sujeitos não brancos da discriminação sistêmica da qual são alvo desde o nascimento, entretanto servem para, no seio familiar, reforçar a narrativa de que o problema da discriminação racial está centrado nas vítimas e não sistemas sociais que perpetuam desigualdades e preconceitos. Isso desloca a responsabilidade do racismo das estruturas sociais para o indivíduo, colocando uma carga desproporcional sobre as pessoas negras para que se adaptem, ao invés de questionar e buscar a extinção de práticas discriminatórias.

Assim sendo, ao invés de incentivar o sujeito a realizar efetivamente práticas antirracistas de valorização à cultura, de reconhecimento de privilégios brancos e de incentivo ao combate da violência racial, tal qual sugere Djamilia Ribeiro em *Pequeno manual antirracista*, o que aqui denominamos “cartilha para o negro” consiste em orientar os indivíduos negros na contramão destes conceitos, estimulando-os a modificar seus modos de ser e agir quando inseridos na sociedade branca, com o intuito de adaptar-se a um mundo que, assim sendo, é apresentado como não sendo seu.

Esses mecanismos de adaptação têm um custo emocional e psicológico significativo. A necessidade contínua de autocensura e vigilância sobre comportamentos e expressões naturais – uma aflição constante – afeta, dentre outras coisas, a autoestima e o senso de identidade. A mensagem implícita que uma pessoa negra recebe ao perceber que precisa mudar para ser aceita é que sua identidade é inferior ou inconveniente, o que fortalece sentimentos de inadequação ou inferioridade.

Segundo Fanon (2020 p. 107), a “inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia”. Para o autor, é o racista que cria o inferiorizado, ou seja, a subalternização é uma construção social e psicológica que molda a percepção dos grupos discriminados através de uma lógica arbitrária baseada em modelos brancos de existência que sustentam privilégios e mantém “sob controle” estruturas sociais.

Pais criados dentro de uma sociedade racista educam através da ótica racista que os atravessa, uma vez que o espaço familiar não consegue resguardar-se das pressões sociais, assimilando o discurso discriminatório que a sociedade difunde. Assim sendo, a família acaba por restringir o comportamento de seus filhos e doutriná-los através de um sistema que pretende ser antirracista e que, por fim, revela-se racista de forma tão violenta quanto as manifestações externas.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que, frente aos conceitos atribuídos às pessoas negras pela branquitude, é fundamental distinguir duas categorias de compreensão e resposta ao racismo: a *consciência do racismo* e a *conscientização racial*. A primeira dimensão diz respeito ao entendimento dos mecanismos que estruturam e sustentam o racismo, suas causas e manifestações no cotidiano. No entanto, essa consciência, por si só, muitas vezes se limita a uma adaptação à realidade imposta, funcionando como uma estratégia de sobrevivência. A pessoa negra compreende as dinâmicas do racismo, mas, diante da sua força estrutural, pode acabar apenas lidando com as situações à medida que elas ocorrem, sem necessariamente buscar transformá-las.

A conscientização racial, por sua vez, prevê uma postura ativa de enfrentamento e transformação. Trata-se de um processo que envolve a compreensão crítica da branquitude como estrutura de poder e o compromisso com a subversão dessa ordem. Essa conscientização impulsiona a busca por justiça racial, o fortalecimento das identidades negras e a construção de alternativas para romper com as desigualdades impostas pelo racismo.

É importante também pontuar o papel dos pais na difusão das “práticas antirracistas” que tolhem ações e limitam identidades. Elas são pautadas por histórias de vida atravessadas por inúmeras violências e buscam, mesmo que de forma vã, construir um caminho que se constitua em um “desvio” no qual seus descendentes possam seguir sem serem tocados pela brutalidade do preconceito racial. Ademais, a educação que reproduzem é um espelho da que receberam de seus pais, replicada de modo automático, por ser o modelo que conhecem e legitimam.

Além disso, cabe destacar que o discurso semeado pelas figuras paterna ou materna só prospera em função da autoridade que os mesmos possuem no

universo familiar. Autoridade essa que pode ser percebida sob dois ângulos: segundo a perspectiva de mando ou poder, em que os descendentes encontram-se sob o controle de seus pais e a eles cabe o poder de decisão sobre suas vidas e cujo descumprimento de normativas pode acarretar em punições; e ainda conforme o ponto de vista da influência, do prestígio gozado pelos pais em relação a seus filhos, que os tem como figuras detentoras de sabedoria e conhecimentos acerca dos quais sequer cogitam levantar quaisquer questionamentos. Essa transmissão intergeracional de valores, falas e comportamentos cria um sentido de identidade familiar, no qual as orientações parentais são aceitas e perpetuadas sem hesitação.

Nas obras *O avesso da pele* e *O olho mais azul*, somos apresentados a contextos que se assemelham, visto que percebemos narrativas desenvolvidas por filhos negros criados por pais que, de forma explícita ou implícita, disseminam em família valores apreendidos e experienciados socialmente. Entretanto, se distanciam no que diz respeito à idade dos personagens (fator importante – mas não decisivo – quando se trata de assimilação de normativas), além do quesito proximidade física com seus pais, uma vez que na obra de Morrison as crianças convivem diretamente com seus pais e na de Tenório o filho, já adulto, viveu boa parte de sua vida apenas com a mãe, devido ao fato de os pais terem se separado quando o protagonista ainda era pequeno.

Em *O avesso da pele*, ainda que a mãe de Pedro também seja uma mulher negra e que tenha relatado ao filho inúmeras experiências de racismo sofridas ao longo de toda sua vida, ela não as classifica como tal, preferindo optar pelo que poderíamos nomear como uma “negritude alienada”, crédula no mito da igualdade racial, ainda que reconheça ter sido percebida ou tratada de modo “diferente” em razão de sua cor:

estava com treze anos quando escutou um homem que tinha idade para ser seu avô dizer que ela era uma *mulatinha gostosa*. E, ao ouvir aquilo, minha mãe se assustou porque jamais tinha sido chamada assim. Achou nojento, nunca tinha pensado que seu corpo e sua pele pudessem atrair a atenção dos homens daquela forma. (Tenório, 2020, p. 54)

Cabe ainda ressaltar nessa passagem que, vinculada ao racismo explícito, está a sexualização e objetificação da figura feminina negra. Essa dinâmica não apenas reduz a personagem a um corpo, mas também a

desumaniza por tratá-la como um objeto de desejo, desprovido de capacidades intelectuais, como ratifica Bell Hooks ao discorrer sobre o corpo feminino negro:

Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade as negras têm sido consideradas “só corpo sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradas “deviam ser controladas”. Para justificara exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (Hooks, 1995, p.469)

Ainda que na época Martha não tenha plena compreensão de si e transite no espaço situado entre a infância e a adolescência ela não deixa de ser alvo da violência simbólica e psicológica que as mulheres denominadas “mulatas” carregam em sua gênese. As mesmas têm seus corpos erotizados e tidos como plenamente disponíveis. Como aponta Eduardo de Assis Duarte:

a condição de corpo disponível vai marcar a figuração literária da mulata: animal erótico por excelência, desprovida de razão ou sensibilidade mais acuradas, confinada ao império dos sentidos e às artimanhas e trejeitos da sedução. Via de regra desgarrada da família, sem pai nem mãe, e destinada ao prazer isento de compromissos, a mulata construída pela literatura brasileira tem sua configuração marcada pelo signo da *mulier (sic)* fornicaria da tradição europeia, ser noturno e carnal, avatar da meretriz. (Duarte, 2009, p.6)

Além disso, por considerar-se em posição de superioridade, o homem branco crê-se no direito inato de reivindicar um corpo, para ele, desprovido de valor e autonomia, subjugado eternamente à vontade da branquitude. O mesmo reivindica para si algo que julga naturalmente seu, segundo assevera a autora Angela Davis:

Uma das características históricas marcantes do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos – especialmente aqueles com poder econômico – possuíam um direito incontestável de acesso ao corpo das mulheres negras. (Davis, 2016, p. 174)

O caráter da “disponibilidade” associado ao corpo feminino negro remonta a uma longa história que, dentre outras coisas, reduz os sujeitos não brancos a instintos selvagens e características pretensamente associadas à sua raça,

impedindo-os de serem percebidos em sua totalidade. Como sustenta Beatriz Nascimento:

Há poucas chances para ela (mulher negra) numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida. Sua escolha por parte do homem passa pela crença de que ela seja mais erótica ou mais ardente sexualmente que as demais, crença relacionada às características do seu físico, muitas vezes exuberante. (Nascimento, 2021, p.228)

A redução da mulher negra a um estereótipo vinculado ao prazer do outro, especialmente do homem branco, reflete as dinâmicas de opressão que historicamente as marginalizam, tratando-as como objetos de desejo, mas também negando-lhes a autonomia e a complexidade de suas identidades. Como propõe Beatriz Nascimento:

Mecanismos ideológicos se encarregaram de perpetuar a legitimação da exploração sexual da mulher negra através do tempo. Com representações baseadas em estereótipos de que sua capacidade sexual sobrepuja a das demais mulheres, de que sua cor funciona como atrativo erótico, enfim, de que o fato de pertencer às classes pobres e a uma raça “primitiva” a faz menos oprimida sexualmente, tudo isso facilita a tarefa do homem em exercer sua dominação livre de qualquer censura, pois a moral dominante não se preocupa em estabelecer regras para aqueles carentes de poder econômico. (Nascimento, 2019, p. 53-54)

Esse contexto social pode ajudar a entender a postura de Martha que, ao se deparar com o racismo e suas múltiplas manifestações, recusa-se a reconhecê-lo como uma força destrutiva em sua vida. Sua escolha de ignorar o racismo reflete uma tentativa de proteger-se emocionalmente, um mecanismo de defesa que surge diante da impossibilidade de confrontar uma estrutura tão profundamente enraizada e violenta:

para ela o racismo se fortalecia justamente quando começávamos a falar sobre ele, que isso era uma coisa que já devia ter sido superada. E falar sobre a cor da pele só fortalecia o preconceito. (Tenório, 2020, p. 75-76)

A personagem adquire uma postura conformista, preferindo acreditar que a igualdade racial já foi alcançada a confrontar a realidade do racismo estrutural que a atingiu e que ainda existe. Sob sua ótica, o racismo existe no campo individual e é algo a ser “superado” por pessoas negras a fim de que desapareça. Martha crê que o silenciamento é a forma de enfraquecer a discriminação e,

desse modo, a educação antirracista não é uma pauta ou prática relevante. Assim sendo, a mãe não se configura como uma influência para o filho, no que diz respeito a uma educação voltada para situações inerentes à negritude.

O pai (Henrique), em contrapartida, é a maior influência no tocante ao ensino de “como ser negro”, alertando o filho sobre como se portar em sociedade a fim de obter sucesso e manter-se seguro. Sua postura, marcada pela experiência vivida em um contexto social racista, reflete as vivências ocorridas ao longo de muitos anos e a necessidade de proteger seu filho dos riscos impostos pela discriminação racial.

Conforme fui crescendo, suas perguntas foram ficando mais complexas. E confesso que às vezes eu não queria ser profundo. Eu queria apenas brincar e ser como os outros filhos eram com seus pais. No entanto, agora eu sei que você estava me preparando. Você sempre dizia que os negros tinham de lutar, pois o mundo branco havia nos tirado quase tudo e que pensar era o que nos restava. *É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos.* Lembro que você fazia um grande esforço para ser entendido por mim. Eu era pequeno e talvez não tenha compreendido bem o que você queria dizer, mas, a julgar pela água nos seus olhos; me pareceu importante. (Tenório, 2020, p. 61, grifo do autor)

O protagonista crê que a aflição e o sofrimento causados pelo racismo podem, de algum modo, ser contornados através da busca incessante pela autopreservação, o que exige colocar-se distante de situações que possam desencadear atos discriminatórios, num *looping* de vigilância constante, como ele mesmo afirma: “Viver passou a ser uma questão de evitar a dor a qualquer custo. Numa espécie de encarceramento voluntário, você vai sendo acossado dia após dia pelo medo do desconforto” (Tenório, 2020, p.73).

Ressaltamos aqui nossa compreensão do papel de Henrique como protagonista na narrativa de Jeferson Tenório, pois, embora suas ações sejam narradas pelo filho e não ocorram no tempo real da trama, é inegável que ele se mantém o eixo central ao redor do qual a história se desenvolve. Mesmo que a narração seja mediada, a figura de Henrique é uma presença constante e fundamental em cada momento significativo da obra. Sua trajetória, suas

escolhas e seus conflitos são o que impulsionam o enredo, e suas experiências de vida e seus dilemas pessoais se entrelaçam com o ambiente social e político que o cerca.

Até mesmo a participação do narrador, seu filho, e suas próprias experiências estão indissociavelmente atreladas à figura de Henrique. O filho, ao tentar entender seu pai, busca compreender não apenas sua trajetória individual, mas também os elementos mais amplos que formam a sociedade em que ambos estão inseridos. A relação deles é uma forma de refletir as complexidades da construção de identidade, do racismo e das questões familiares que atravessam a narrativa.

Henrique entende que, para sobreviver e prosperar em uma sociedade que constantemente marginaliza os negros, é essencial adotar certos comportamentos e posturas que possam garantir a aceitação, ou pelo menos, uma convivência menos conflituosa com os demais. Nesse sentido, ele instrui o filho a adotar uma série de estratégias de conformidade, como a modulação do comportamento, o controle das emoções e a busca incessante pela excelência, mas por trás dessa orientação, há também uma tensão interna, pois, ao ensinar essas estratégias de adaptação, Henrique está, de certa forma, reafirmando as regras de um sistema injusto que exige que os negros se ajustem para terem acesso a oportunidades.

Além disso, aprender a ser negro conforme a cartilha imposta obriga a um amadurecimento forçado, em que a figura paterna busca antecipar acontecimentos recorrentes na vida de um homem negro, no afã de preparar seu filho para os desafios que ele ainda enfrentará. Pedro, entretanto, quer apenas ter uma infância normal, desfrutar de uma relação pai-filho banal, descolando-se da necessidade de lidar com questões raciais, irrelevantes para sua faixa etária.

Torna-se evidente o desgaste emocional e psicológico a que Pedro é submetido, uma vez que tem de lidar com pressupostos que se constituem em verdadeiros empecilhos para que o mesmo goze de uma infância plena e despreocupada, impondo-lhes uma maturidade emocional precoce e indesejada. Além disso, o convívio entre pai e filho, que já é curto, passa a ser atravessado por um tema irrelevante e violento para uma criança de sua idade, o que acaba por tornar esses encontros impessoais e desgastantes.

Henrique apresenta-se na trama como um exemplo das consequências que a “cartilha para o negro” repassada em sua infância acarreta ao sujeito em sua vida adulta, uma vez que ele mesmo se percebe “problemático” devido ao fato de ter seguido as orientações recebidas – o que o tornou um adulto retraído e com dificuldades de comunicação:

Você apenas pensou que havia um problema com você, mas talvez nunca tenha percebido que toda aquela vontade de ficar calado, que toda aquela vontade de permanecer quieto, pudesse ter a ver com a cor da sua pele. Que o seu receio de falar, seu receio de se expor, pudesse ter a ver com as orientações que você recebeu desde a infância: *não chame a atenção dos brancos. Não fale alto em certos lugares, as pessoas se assustam quando um rapaz negro fala alto. Não ande por muito tempo atrás de uma pessoa branca, na rua. Não faça nenhum tipo de movimento brusco quando um policial te abordar. Nunca saia sem documentos. Não ande com quem não presta. Não seja um vagabundo, tenha sempre um emprego.* Tudo isso passara anos reverberando em você. Como uma espécie de mantra. Um manual de sobrevivência. (Tenório, 2020, p. 88, grifo do autor)

Embora realize uma reflexão a respeito dos malefícios acarretados, o pai continua a repassar os ensinamentos aprendidos, uma vez que possivelmente considere que não transmitir tais orientações seria o equivalente a deixar Pedro despreparado para enfrentar desafios reais e iminentes. Desse modo, incentivá-lo a desenvolver mecanismos de autodefesa e preservação superaria os efeitos colaterais adjacentes:

você queria me ensinar certas coisas cedo demais, como, por exemplo, no dia em que você me perguntou que cor eu tinha e foi a primeira vez que eu olhei para os meus braços e vi que tínhamos quase a mesma cor, eu era pequeno, mas eu disse que não sabia que cor era aquela. E você me disse que eu era negro. Mas eu não fazia ideia do que aquilo significava, então você me deu uma aula sobre racismo. Mesmo que para mim fosse difícil compreender. Mesmo que aquela história sobre a cor fosse muito abstrata para mim. (Tenório, 2020, p. 125)

Mesmo que o vínculo emocional com o pai não seja tão estreito devido às constantes ausências na vida do filho ao longo de seu crescimento, conforme o narrador relata quando diz “*Embora eu tenha tido problemas com você em função do seu afastamento, às vezes*” ou “*Quando você passava semanas sem me procurar*” (Tenório, 2020, p.125, grifo do autor), o mesmo acata as instruções dadas pelo pai, visto que são reforçadas pelo meio social, que reflete a realidade experienciada por todas as pessoas não brancas:

Conheci Saharienne pouco depois de entrar na faculdade de arquitetura. Tive alguma dificuldade em fazer amizades ali. A primeira pessoa com quem conversei e que depois se tornou meu amigo foi o Mauro. Éramos poucos os negros no curso. Então, quando nos vimos, creio que a vontade de pertencer a um grupo influenciou nossa aproximação. (Tenório, 2020, p. 104)

O fato de se constituir uma figura profundamente transformada pelo racismo distanciou Henrique dele mesmo, além de afastá-lo de Pedro. A relação de ambos foi marcada por mágoas, ausências e distanciamento emocional, provocados – dentre outros motivos – pela desilusão do pai em relação à vida e às barreiras impostas pela cor de sua pele. Desse modo, a prioridade para ele em relação ao filho não foi a criação e o estabelecimento de vínculos afetivos, mas a preparação do menino para o racismo do qual seria alvo ao longo de sua vida. A escolha feita, ainda que motivada pela necessidade instintiva de proteção, desenhou um cenário de afastamento entre ambos, determinado pelo compartilhamento de traumas e violências e da preponderância da sobrevivência sobre o afeto.

Ao final da narrativa, tem-se a impressão de que todas as instruções recebidas por Pedro através de seu pai serão utilizadas em sua vida, como se toda a “preparação” de que fora alvo passasse a lhe fazer sentido (devido provavelmente ao fato da morte do pai, que ratifica o motivo de aplicar todas as orientações ganhas) e chegasse finalmente a vez de usá-la. Dessa forma, o narrador aparenta tomar o lugar de seu pai na luta diária contra o sistema racista para o qual foi preparado, como se lhe dessem o “bastão” na corrida pela preservação de sua vida: “Vou em frente, na direção do Guaíba. Tenho Ogum em minhas mãos porque agora é a minha vez”. (Tenório, 2020, p.188)

Embora a religião de matriz africana não seja um fato abordado com ênfase durante a obra, a não ser no que se refere à Henrique que a cultuava por influência do pai, não há referência explícita a ela no contexto da vida de Pedro. O protagonista, no entanto, tem sua história já escrita e expressa pelas entidades antes de seu nascimento:

Mas, antes do casamento, foram até a casa de Mãe Teresa de Iemanjá. Uma mãe de santo do seu pai. Foram pedir a benção dos orixás. No entanto quem os recebeu foi o exu Zé Pilintra. *Vossumcês, mizifio, vão ter um fio de Ogum. A guerra vai fazer parte da vida dele, Mizifio.* E ele riu. Gargalhou. (Tenório, 2020, p. 22)

Entretanto, ao final da narrativa, o filho parece assimilar seu pertencimento a essa tradição, tomando para si símbolos e orixás venerados pelo candomblé e pela umbanda. Esse momento, ainda que sutil, ganha uma dimensão profunda quando consideramos a escolha de Ogum, o orixá da guerra, mas também o orixá que forja suas próprias armas – o mesmo que fora profetizado pela entidade de Henrique.

A conexão de Pedro com Ogum não é meramente uma escolha simbólica, mas também uma continuidade de um destino traçado para sua linhagem. O protagonista, assim como o próprio narrador, parece ser predestinado e ambos acabam ligados através de uma herança espiritual e simbólica que atravessa gerações. O filho demonstra reconhecer e assumir um legado de resistência, forjando, como o orixá, suas próprias armas para enfrentar as adversidades impostas pela sociedade, especialmente o racismo. Assim, a escolha de Ogum por parte de Pedro não é apenas uma afirmação de identidade, mas também um reencontro com um destino ancestral que, ao longo da história, se faz presente e molda suas ações e escolhas.

Pedro, de algum modo, está tomando para si uma arma simbólica para a batalha contra o racismo. A transformação de sua experiência e o reconhecimento de seu lugar na luta são representados através dessa conexão com Ogum, sugerindo que, ao assimilar os ensinamentos repassados pelo pai associados às suas vivências, ele está forjando, em sua própria vida, os meios de resistência e sobrevivência dentro de uma sociedade que o marginaliza.

Além disso, no trecho faz-se alusão direta ao rio Guaíba, cabendo uma associação a Oxum - orixá das águas doces, do amor materno e da proteção, também associada ao poder de renovação, de cura e à capacidade de sustentar a vida. No contexto da narrativa, onde a luta contra o racismo é central, a água de Oxum pode ser interpretada como uma metáfora para o resgate emocional do narrador. A deusa, em muitos relatos, é responsável por proporcionar equilíbrio, suavidade e resistência, características que podem ser associadas ao processo de cura necessário aos personagens, em especial a Pedro, que teve sua vida familiar e pessoal marcada pela violência do racismo.

Ao caminhar em direção ao Guaíba, talvez o narrador esteja simbolicamente buscando um refúgio nas águas de Oxum, um lugar de acolhimento e reconciliação, onde a força de Ogum (a luta) é suavizada pelo

amor e pela proteção dessa água materna. Essa combinação das forças de Ogum e Oxum sugere que o personagem, ao assumir sua identidade, não está apenas se preparando para a batalha, mas também buscando a cura, o acolhimento e o fortalecimento emocional de que necessita.

A trajetória e o final trágico que Henrique tem - vítima de violência policial - é um reflexo da brutalidade do racismo estrutural e da marginalização dos negros na sociedade brasileira. Sua morte é um momento crucial na obra, pois não apenas redefine a trajetória do narrador (seu filho), mas também ilustra as consequências devastadoras do racismo institucionalizado e evidencia que nenhuma “cartilha” ou repertório comportamental livra o indivíduo negro de ser quem é, tampouco de ser visto conforme as lentes do racismo.

A morte de Henrique representa a total impotência da pessoa não branca em relação a um sistema que opera de forma estrutural e interligada, além de demonstrar que são ineficientes quaisquer ações ou esforços desses indivíduos no intuito de mitigar conceitos enraizados e processos de discriminação sistêmica.

Podemos inferir disso tudo que as teias tão bem interligadas do sistema racista impelem o sujeito negro à morte, independente do que ele faça. Tanto a fuga da realidade, como no caso de Martha, como o contorno dela, como procedeu Henrique a vida toda, levam a um inescapável fim – o aniquilamento físico e/ou moral da pessoa envolvida pela brutalidade da discriminação racial.

Em *O olho mais azul*, encontramos dois núcleos familiares negros que envolvem crianças em processo de formação identitária. O núcleo que integra a personagem Claudia MacTeer – a narradora da obra – é formado por ela, sua irmã Frieda e seus pais. O grupo é constituído por uma família pobre do subúrbio de Ohio, na sociedade americana da década de 1940, época de segregação racial e ausência de direitos civis. Embora minimamente organizada no que diz respeito a valores morais e trabalho, a família convive com todas as violências e opressões acarretadas pela pobreza e a discriminação racial.

Os adultos da família em questão demonstram-se contaminados pelos estereótipos de beleza centrados na figura de pessoas brancas, o que se mostra ratificado pelos meios de comunicação de massa da época, que veiculavam, por exemplo, modelos de beleza e feminilidade retratados por atrizes como Shirley Temple, citada na obra. É perceptível que os mesmos assimilaram padrões de

beleza impostos pela branquitude, incorporando e validando as narrativas depreciativas da estética negra em relação à branca. Conforme afirma Neusa Souza:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades. (Souza, 2021, p.46)

Nessa perspectiva, em especial às mulheres negras, coube historicamente (e ainda cabe nos dias atuais) empreender uma luta infundável contra a negação de seu valor e beleza, ainda mais numa sociedade em que a representatividade de suas características é escassa ou distorcida. Essa jornada vai muito além da busca por espaços de visibilidade, pois está diretamente relacionada ao reconhecimento pleno de sua humanidade, muitas vezes soterrada por estereótipos e preconceitos. A exclusão das mulheres negras dos padrões de beleza e da cultura dominante reflete a desvalorização de suas identidades, reforçando um ciclo de marginalização.

A narradora da obra de Morrison, em contrapartida, age na contramão dos padrões eurocêntricos, demonstrando resistência e rejeitando ideais de beleza associados à brancura. Um exemplo disso é a verdadeira aversão que a mesma demonstra por bonecas brancas – para ela a objetificação de algo que a inferioriza:

Eu destruía bonecas brancas. Mas o desmembramento de bonecas não era o verdadeiro horror. O que realmente aterrorizava era a transferência dos mesmos impulsos para garotinhas brancas. A indiferença com que eu poderia trucidá-las era abalada apenas pela minha vontade de fazer isso. Para descobrir o que me escapava: o segredo da magia que elas exerciam sobre os outros. O que é que fazia as pessoas olhar para elas e dizer “Aaaaaahhhhhh”, mas não para mim? O olhar de mulheres negras ao se aproximarem delas na rua e a meiguice com que as tocavam quando lidavam com elas. (Morrison, 2019, p. 26)

A narradora-personagem não entende o porquê de as bonecas serem vistas como ideais de beleza e perfeição (até mesmo para as pessoas negras) e compreende que não se parece com elas, o que automaticamente a distancia dessas convicções. Assim sendo, ela transfere para a figura da boneca a raiva e o ressentimento que nutre por pessoas brancas e por todo o sistema que a

envolve e tenta fazê-la sentir-se inferior por ser negra. O ato de destruí-las no plano real representa sua resistência em relação aos valores que a diminuem e desumanizam; o aniquilamento do objeto simboliza a destruição de um símbolo concreto de algo que a faz sentir-se em desvantagem.

Embora a personagem resista fortemente aos estereótipos de beleza branca, ela percebe com clareza que os adultos que a circundam sentem-se profundamente ultrajados com a sua “falta de cuidado” e de apreço em relação ao brinquedo, pois os mesmos manifestam a admiração e a estima que possuem pelo objeto, além do desejo recolhido de possuí-lo na infância:

A gente grande franzia a testa e fazia um estardalhaço: “Você-não-sabe-cuidar-de-nada.-Eu-nunca-tive-uma-boneca-dessas-na-vida-e-não-parava-de-chorar-por-uma.-Você-agora-ganhou-uma-que-é-linda-e-arrebenta-a-boneca.-O-que-é-que-há-com-você?”.
Como era forte a indignação deles. As lágrimas ameaçavam eliminar o distanciamento de sua autoridade. A emoção de anos de um anseio frustrado transparecia-lhes na voz. (Morrison, 2019, p. 25)

O fato de não compreender o porquê da naturalidade com que os adultos almejam possuir um objeto que não lhes representa e que, muito pelo contrário, reforça ideais racistas cria uma espécie de “ruptura” na ordem, momento em que, mesmo que inconscientemente, a geração mais nova questiona a mais velha, buscando uma nova regulação das coisas e se contrapondo às “verdades absolutas” ditadas pelos pais. Estes, no afã de se adaptar dentro de uma sociedade racista, acabam por perpetuar os valores que ela carrega consigo, ao passo que Claudia, que ainda não foi completamente moldada por esse sistema, recusa-se a incorporar a ideia da inferioridade negra e da supremacia branca.

A postura questionadora acerca dos valores e estruturas sociais, presente na obra, limita-se à narradora, visto que a personagem principal – Pecola – sucumbe ao racismo que a cerca. A combinação de fatores psicológicos, familiares e sociais acaba por aniquilar a autoestima da personagem, tornando-a vulnerável à internalização da inferioridade racial. Embora tanto a primeira como a segunda convivam com o racismo em seu cotidiano, a família de Claudia oferece a ela (em certa medida) apoio e estima, criando uma rede de proteção e estabilidade emocional.

No caso de Pecola, integrante de outro núcleo familiar negro, o ambiente familiar é conflituoso, marcado por abusos físicos, emocionais e negligência. Não

se percebe em seu meio familiar, composto por ela, sua mãe Pauline Breedlove, seu pai Cholly Breedlove e seu irmão mais velho Sammy Breedlove, quaisquer demonstrações de afeto ou apreço pela garota.

Já em seu nascimento, a mãe de menina manifesta rejeição pela figura da filha, sendo a primeira a considerá-la feia:

Eu gostava de olhar para ela. Ele faz uns barulhinhos guloso (*sic*). O olhar meigo e úmido. Cruzamento de cachorrinho e homem morrendo. Mas eu sabia que ela era feia. A cabeça coberta de um cabelo bonito, mas, meu Deus, como ela era feia. (Morrison, 2019, pg. 127)

Contaminada pela estética eurocêntrica, a mãe não consegue visualizar beleza na filha, que é um espelho de si mesma. Ao longo da trama percebemos que a figura materna despeja sobre a personagem principal toda a sua decepção e frustração pela vida que possui e pelos ideais que alimenta, que se mostram inatingíveis para ela, uma mulher negra. Pauline vê o cinema como uma representação da beleza idealizada, o que a leva a rejeitar sua própria aparência e a dos seus, visto que tal parâmetro os excluem de qualquer possibilidade:

Além da ideia de amor romântico, foi apresentada a outra — à da beleza física. Provavelmente as ideias mais destrutivas da história do pensamento humano. Ambas se originavam da inveja, prosperavam com a insegurança e acabavam em desilusão. Ao igualar beleza física com virtude, ela despiu a mente, restringiu-a e foi acumulando desprezo por si mesma. (Morrison, 2019, p. 123)

A partir do momento em que a personagem assimila que o mundo é uma construção branca, onde não há espaço para pessoas como ela, sua vida passa a ter algum sentido e validação unicamente quando a mesma encontra-se na companhia de indivíduos brancos. Desse modo, sua existência fora do trabalho passa, de pouco a pouco a ser anulada:

parou de tentar cuidar da própria casa. As coisas que podia comprar não duravam, não tinham beleza nem estilo, e eram absorvidas pela fachada encardida da loja. Foi negligenciando cada vez mais a casa, os filhos, seu homem — eles eram como as reflexões tardias que se tem um pouco antes de pegar no sono, as fronteiras do amanhecer e do anoitecer dos seus dias, as fronteiras escuras que tornavam a vida cotidiana com os Fisher mais clara, mais delicada, mais deliciosa. Ali ela podia arrumar coisas, limpar coisas, dispor coisas em fileiras perfeitas. Ali arrastava o pé sobre carpetes grossos sem que ele produzisse um som diferente. Ali encontrava beleza, ordem, limpeza e elogio. (Morrison, 2019, pg. 128)

Pauline imerge num estado de ilusão, pois acredita que sua relevância está condicionada à aprovação e proximidade com pessoas brancas e, longe deles, ela demonstra sofrer um completo esvaziamento de sentido, o que é refletido pelo desleixo com sua própria casa e com seus familiares.

Sob esta ótica, ela encontra no mundo idealizado dos Fisher solução para sua necessidade de ordem e beleza, não encontrada em sua própria realidade – caótica, pobre e infeliz. Ao tentar encenar uma vida que não é sua, a personagem afunda-se em uma espiral de alienação e autonegação. Embora na casa dos patrões encontre uma satisfação temporária, ao retornar para a sua depara-se com a realidade da qual busca fugir, nutrindo deste modo completo desprezo por sua vida e pela sua própria família.

No que diz respeito à família de Claudia e Pecola, não há nenhum movimento perceptível por parte dos pais a fim de “blindar” seus filhos do racismo do qual eles próprios já foram (e ainda são) alvo. Não se percebem manifestações explícitas de orientação aos mais jovens sobre como agir frente às situações discriminatórias, os pais esperam apenas que as crianças adotem formas próprias de como lidar com seus dilemas e violências, sem que tragam para casa mais questões com as quais tenham que preocupar-se.

Além disso, o cenário desenhado pela obra, no que tange aos adultos, é o de completa aceitação da realidade em que se inserem, apresentando um racismo já naturalizado, contexto em que os personagens acatam situações de discriminação e violência, julgando-se merecedores delas. Podemos inferir que esse fato se deve principalmente ao contexto temporal em que a obra se insere, no qual os ambientes eram fortemente atravessados pelo racismo e a segregação racial. Além disso, a falta de recursos e baixa ou nenhuma instrução não tornava possível imaginar uma situação diferente. Nos dois casos em questão, o racismo parece assimilado pelos indivíduos que não buscam contorná-lo, visto que já normalizaram o lugar que ocupam na sociedade.

No romance de Morrison, os personagens principais enfrentam um intenso processo de construção e desconstrução de suas identidades, e a questão da consciência e conscientização racial é central para entender suas trajetórias. Pecola Breedlove exemplifica a consciência do racismo, mas não a conscientização racial. Ela entende, em um nível básico, que é uma jovem negra em uma sociedade que exalta a branquidade, mas ela não tem a clareza para

reconhecer a raiz do seu sofrimento e a estrutura racial que o sustenta. A personagem internaliza o racismo a tal ponto que sua única solução para o seu sofrimento é tentar mudar sua aparência para se aproximar dos padrões brancos, acreditando que esta é a chave para ser aceita e amada.

Pecola encontra-se presa em uma mentalidade de aceitação passiva das normas raciais, sem um questionamento ou uma busca ativa para mudar essa estrutura de desigualdade, uma vez que sua vida é marcada pela internalização do racismo e pela falta de modelos que lhe ajudem a desenvolver uma visão crítica. Ela está profundamente influenciada pela ideia de que sua negritude é um obstáculo para que seja reconhecida como um indivíduo e que ela determina seu lugar no mundo:

Enquanto ela tivesse a aparência que tinha, enquanto fosse feia, teria que ficar com aquelas pessoas. Por algum motivo elas lhe pertenciam. (Morrison, 2019, p.49)

A personagem em questão não apenas acredita na sua inferioridade, mas também se vê ligada de forma inescapável àqueles que compartilham dessa mesma marginalização, ela não enxerga possibilidades de transformação ou ascensão dentro da estrutura social em que vive; ao contrário, seu corpo e sua aparência funcionam como uma prisão simbólica que determina seus relacionamentos e perspectivas. Ela é, segundo a narrativa, “uma menina negra que desejava alçar-se para fora do foço de sua negritude e ver o mundo com olhos azuis” (Morrison, 2019, p.175).

A dor de Pecola não reside apenas na rejeição externa, mas na forma como ela se apropria desse olhar depreciativo, impossibilitando-se de enxergar qualquer valor em sua própria existência. Seu ceticismo não é apenas sobre sua aparência, mas sobre qualquer possibilidade de um futuro diferente daquele que lhe foi imposto, a não ser que embranqueça.

Cholly Breedlove, o pai de Pecola, também sofre com os efeitos do racismo, de uma vida marcada por humilhações e violência racial e isso o leva a um lugar de raiva e desilusão. Ele apresenta certa consciência do racismo que se reflete em seu comportamento destrutivo, mas a maneira como ele lida com isso não é de transformação ou resistência, mas de fuga para a violência e para o alcoolismo. Sua consciência não se transforma em conscientização racial, pois

ele não questiona a estrutura racista de maneira construtiva, mas apenas se revolta contra ela de uma forma danosa e autodestrutiva. O mesmo ocorre com Pauline, a mãe, que, embora possua consciência do racismo e experimente suas consequências em sua vida, nunca alcança a conscientização racial. Ela é uma vítima do racismo estrutural, e, ao invés de questioná-lo ou buscar formas de subvertê-lo, ela se submete a ele, o que afeta sua visão sobre si mesma e sua filha.

A narradora da história, por sua vez, é uma personagem que passa por um processo de desenvolvimento da consciência racial para a conscientização racial ao longo da narrativa, embora seu percurso também seja complexo. No início do romance, percebemos que Claudia é uma criança, e suas percepções sobre o racismo são inicialmente marcadas pela confusão e pela dor diante das diferenças que percebe entre ela, sua família e as outras crianças, especialmente no que diz respeito ao padrão de beleza eurocêntrico que valoriza pessoas de pele clara. Ela demonstra na prática possuir consciência do racismo através de várias situações que atravessam seu cotidiano, seja no ambiente familiar quanto social e neste último principalmente no espaço escolar.

Claudia não aceita ceder aos ideais que a cercam, rejeitando modelos que são assimilados até mesmo pela própria família, como a valorização das bonecas brancas. Entretanto, o nível de reflexão se expande e sua consciência racial se aprofunda, especialmente à medida que ela observa o sofrimento de Pecola e a maneira como a sociedade e até mesmo a comunidade negra perpetuam a ideia de que ser branco é superior.

Embora não tenha a mesma experiência direta de sofrimento que Pecola, Claudia desenvolve uma visão crítica das dinâmicas de poder e das construções raciais. Ela é capaz de se posicionar contra as injustiças que observa, e isso a leva a um entendimento mais claro sobre a necessidade de desafiar a ordem estabelecida, mesmo que de maneira sutil e gradual, atingindo a conscientização racial.

A personagem representa um exemplo de alguém que passa de uma consciência racial inicial, em que percebe as injustiças, mas ainda não tem total clareza das causas e soluções, para uma conscientização racial mais profunda, na qual ela não apenas reconhece o racismo, mas começa a questioná-lo de forma mais estruturada e a entender suas raízes na sociedade. Ao contrário de

Pecola, que se entrega à desesperança e à internalização do racismo, Claudia mostra a capacidade de desenvolver uma resistência intelectual e emocional, ainda que de forma gradual e contextualizada nas suas condições e experiências pessoais.

Desse modo, ter consciência do racismo significa reconhecer sua existência e seus efeitos, mas isso, por si só, não implica uma disposição para enfrentá-lo ou transformá-lo. Muitas vezes, a consciência racial pode levar à resignação, à aceitação passiva da ordem estabelecida ou até à internalização das hierarquias impostas – como percebemos na maior parte dos personagens desta obra. Já a conscientização racial envolve um passo além: a compreensão crítica das estruturas de opressão e a busca ativa por formas de questionamento e resistência, seja no nível individual ou coletivo.

Em *O olho mais azul*, os personagens não possuem a crença de que a discriminação racial e/ou violência incitada pela cor da pele possa ser de alguma forma evitada ou minimizada, como evidencia-se em *O avesso da pele*. O que predomina na narrativa é a passiva aceitação do racismo como algo natural e incontornável, e a única alternativa vista pelos personagens é ajustar-se à estrutura social branca da melhor forma possível, mesmo às custas do aniquilamento psicológico dos indivíduos.

As duas as obras, embora apresentem abordagens diferentes em relação à educação do negro para o convívio social, encontram similaridade no produto final, pois nem a primeira - que busca contornar o racismo através de práticas específicas - nem a última - que prefere resignar-se a ele, acatando-o e não tomando nenhuma medida a fim de evitá-lo – dão conta de encontrar para o sujeito negro um espaço seguro no mundo branco. Independentemente das ações ou inações praticadas pelos pais a fim de (des)educar os filhos para o mundo racista, o desfecho é semelhante: crianças com a infância subtraída e adultos com sequelas emocionais ocasionadas pelos intensos e repetitivos desgastes psicológicos sofridos ao longo da vida.

Nessa perspectiva, o primeiro ato de resistência do sujeito negro consiste em tornar-se ele próprio, desconstruindo padrões, rejeitando imposições e descolando-se de sentidos associados a si. Obviamente, ir de encontro às determinações aprendidas no convívio familiar consiste numa tarefa extremamente difícil, tendo em vista a credibilidade que as figuras materna e

paterna possuem, além do vínculo emocional. No entanto, ao seguir a cartilha de conduta entregue pela família, o indivíduo negro se conforma a aceitar padrões impostos por uma sociedade racista e compactua com dinâmicas de opressão. Assim, ao se distanciar de determinações e ressignificar sua identidade, a pessoa não brancas não apenas desafia a herança de um sistema opressor, mas também constrói um caminho de liberdade e autonomia, elementos indispensáveis para a formação plena dos seres humanos. Ademais, assim como as cartilhas escolares que não contemplavam a diversidade dos estudantes presentes em sala de aula, padronizando indivíduos, a cartilha do “ser negro”, embora concebida com boas intenções, serve de ferramenta que, antes de facilitar a circulação dos indivíduos negros no mundo branco, trabalha em prol da manutenção de estruturas racistas e de conservação de privilégios.

3 SILÊNCIOS REVELADORES: ENTRE O DITO E O NÃO DITO

Práticas discriminatórias em relação a indivíduos negros ocorreram (e ocorrem) comumente ao longo de muitos anos, sendo elas manifestadas num primeiro momento quase que predominantemente de forma explícita, visto que consistiam em um comportamento tido como normal, legitimado pelo grupo dominante branco. Deste modo, por muito tempo não houve (e em certa medida ainda não há) qualquer pudor em escondê-las ou dissimulá-las sem nenhum indício de constrangimento. A partir de movimentos que legitimaram os direitos civis às pessoas negras e com o fim de sistemas segregacionistas, sujeitos não brancos passaram a ocupar espaços de uma pretensa igualdade, “desautorizando” práticas racistas explícitas, quer seja por conta dos direitos legais conquistados pela população negra, quer seja por princípios éticos e morais que passaram a emergir na sociedade.

No entanto, ainda que o racismo declarado seja oficialmente rejeitado e tipificado criminalmente, outras práticas mais sutis e refinadas sustentam sua existência, como, por exemplo, o racismo velado, não tão facilmente perceptível, mas igualmente discriminatório e ainda mais violento na medida em que põe em xeque a condição de vítima daquele que sofre o racismo. Uma vez que, deste modo, o preconceito racial não é declaradamente exposto, ele adquire um caráter “interpretativo” no qual muitas vezes a pessoa afetada é descredibilizada e sua experiência de discriminação é minimizada sob a justificativa de uma “compreensão incorreta” do que realmente se quis dizer. Assim sendo, ocultado pela fantasia da igualdade racial, o racismo é disfarçado e mantido de forma silenciosa e persistente, naturalizando comportamentos e práticas que desejam se mostrar “neutras”.

As obras *O avesso da pele* e *O olho mais azul* apresentam personagens vítimas de inúmeros episódios de racismo que se mostram tanto na forma escancarada quanto de modo mascarado. Na narrativa de Jeferson Tenório, somos apresentados a uma manifestação explícita logo nas primeiras páginas, ainda que o personagem não se dê conta com clareza do que ocorre, tanto que

sequer esboça qualquer reação. O fato ocorre em uma entrevista de empregos e a cena se descortina com extraordinário desembaraço:

Bruno disse, com muita naturalidade, que não gostava de negros. Você levantou os olhos. Bruno não se intimidou e repetiu a frase: *não gosto de negros*. Talvez ele esperasse alguma reação sua. Mas nada aconteceu. Você permaneceu imóvel. Depois, Bruno se ajeitou melhor na cadeira e justificou: *não gosto porque, quando eu tinha um sítio em Garibaldi, um casal de negros, que trabalhavam para mim como caseiros, me roubou. Levaram tudo que eu tinha na minha casa. Desde então, não confio mais em negros*. Até aquele momento você nunca havia sofrido racismo, assim, tão descaradamente, não que você se lembre. Mas você não se chocou, pois uma espécie de inércia tomou conta do seu corpo, você não sabia reagir. Na época, você nem sabia muito bem o que significava ser negro. Não havia discutido nada sobre racismo, nada sobre negritude, nada sobre nada. Naquele momento você era apenas um corpo negro. (Tenório, 2020, p.20-21, grifo do autor)

Esse excerto da obra ilustra o quanto o privilégio assegura, dentre outras vantagens, uma pretensão de legitimidade e validação discursiva. O contratante dá-se a autorização para desqualificar todo um grupo étnico em favor de julgamentos individuais de valor. A naturalidade com que Bruno expressa seu racismo ilustra o privilégio que lhe assegura a liberdade de falar sem medo de contestação, demonstrando o quão legitimado o mesmo se sente em expor sua visão discriminatória, como se fosse um juízo comum e socialmente aceitável. Esse privilégio se alicerça em um contexto social em que sua voz, enquanto homem branco, possui mais autoridade e credibilidade, tornando possível que ele generalize uma experiência individual para sustentar um argumento racista sem que isso seja automaticamente questionado, com base no já citado privilégio da branquitude.

Por outro lado, a falta de reação de Henrique demonstra a expressão de um sujeito negro que, até aquele momento, não havia sido socializado para compreender, nomear e reagir a esse tipo de violência. A ausência de uma consciência racial crítica reflete um aspecto importante do racismo estrutural, que muitas vezes impede que pessoas negras tenham acesso a discursos e ferramentas que lhes permitam se posicionar diante da discriminação. Conforme descreve Fanon, essa alienação racial do indivíduo negro é uma construção social que se enraíza em fatores históricos, econômicos e psicológicos, resultando não apenas em desigualdades materiais, mas também na

internalização de um sentimento de inferioridade imposto pelo olhar racista da sociedade.

A análise que realizamos é psicológica. Continua a no parecer evidente, contudo, que a verdadeira desalienação do negro requer um reconhecimento imediato das realidades econômicas e sociais. Se há um complexo de inferioridade, ele resulta de um duplo processo:
– Econômico, em primeiro lugar;
– E, em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade (Fanon, 2020, p. 18)

Essa interiorização da inferioridade fica evidente na frase "*Naquele momento você era apenas um corpo negro.*" Nesse instante, Henrique não se reconhece como um sujeito pleno, mas apenas como a imagem que a sociedade constrói sobre ele. Isso reflete a ideia fanoniana de que o negro, sob o racismo, muitas vezes é reduzido a um corpo marcado pela cor da pele, sem direito à subjetividade e à individualidade. Dessa forma, sua inércia não é apenas um silêncio pontual, mas um sintoma de um processo histórico de desumanização e subalternização do negro, evidenciando como o racismo atua não apenas por meio da opressão externa, mas também pela alienação psicológica e social do sujeito negro. Além disso, nesse caso, torna-se evidente como se configura o racismo institucional, situação que se define por um sistema de desigualdades em instituições norteadas pela cor da pele dos envolvidos. Como afirma Silvio Almeida:

é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências. (Almeida, 2019, p.26)

Desse modo, as instituições, enquanto estruturas sociais organizadas, moldam comportamentos regulando modos de agir e normalizando práticas sociais de modo a consolidar condutas racistas. Os valores que norteiam as instituições criam direta ou indiretamente condições para que determinados modos de agir sejam mais recorrentes e naturalizados.

Henrique é forçado a assumir uma identidade racial através das situações que o impelem a analisar-se, ainda que não tenha conhecimentos acerca de racialidade e das implicações atreladas a este conceito. São situações que,

longe de serem comuns a todos, brancos e negros, restringem-se somente aos últimos, tornado sua cor não apenas uma característica, mas um peso em suas vidas. O protagonista é levado a uma conscientização forçada acerca de sua negritude, mesmo sem um entendimento prévio sobre racialidade. Ele percebe que sua cor não é apenas uma característica, mas um fator que pesa em sua vida devido às experiências que lhe são impostas. Para o narrador, essa reflexão evidencia como a racialização é um processo desigual, afetando apenas os negros, uma vez que brancos não passam pelas mesmas situações por tomarem-se como “universais”.

Evidencia-se, mais uma vez, como as pessoas negras são classificadas e posteriormente enquadradas em sistemas que as colocam em posições de prejuízo em relação aos não negros, uma vez que, para os últimos, está assegurada a liberdade de existir sem a necessidade de se autoanalisar sob a ótica racial. Assim, enquanto Henrique se vê obrigado a reconhecer e enfrentar sua identidade racial por meio das experiências que vivencia, ele percebe que pessoas brancas seguem sem precisar refletir sobre a própria posição dentro dessas dinâmicas, reforçando a ideia de que apenas os negros possuem uma identidade racial marcada.

Além disso, antes da própria afirmação identitária, os sujeitos não brancos são forçados a assumir para si significados previamente construídos (histórica e socialmente), compreensões estas que negam aos indivíduos a possibilidade de constituírem-se em sua individualidade e singularidade. Como afirma Fanon, a materialidade da imagem do negro é fator inescapável de categorização e julgamento. Nas palavras do teórico:

Nenhuma chance me é concedida. Sou sobredeterminado a partir do meu exterior. Não sou escravo da ideia que os outros fazem de mim, mas de minha aparência. (Fanon, 2020, p.131)

No que diz respeito ao livro *O avesso da pele*, encontramos um interessante paradoxo: o sujeito em questão é um professor, sujeito que se descobre negro através de suas experiências em sociedade, mas que compreende com muito mais clareza o racismo e suas implicações no momento em que é inserido no contexto acadêmico:

E você só foi entender de fato a situação de sua irmã quando você conheceu o professor Oliveira. Na época, você se preparava para prestar o vestibular, graças a uma ONG que mantinha um cursinho para pessoas negras numa igreja. Naquele momento, você não sabia bem o que queria fazer. Na verdade, você estava perdido, porque, até ali, a vida não passava de um amontoado de obstáculos que você tinha de superar. Resistir fazia parte da sua vida e você nunca havia se questionado por que as coisas eram assim. Nunca se questionou por que era pobre, nunca se questionou por que vivia sem pai. Nunca se perguntou por que a polícia o abordava na rua com tanta frequência. A vida simplesmente acontecia e você simplesmente passava por ela. (Tenório, 2020, p.24)

Henrique é atravessado ao longo de sua existência por inúmeras experiências as quais não sabe nomear, devido ao fato de serem exemplos de racismo velado, como, por exemplo, as tantas abordagens policiais pelas quais passa, sem qualquer motivo, por toda sua vida. Conforme o narrador conta a respeito de seu pai, “ser confundido com bandido vai fazer parte da sua trajetória” (Tenório, 2020, p.19), numa alusão aos muitos episódios de abordagens policiais injustificadas. A aparente “normalidade” destes eventos oculta a natureza dissimulada do racismo estrutural, que muitas vezes se esconde sob a justificativa da neutralidade em ações da polícia que não possuem justificativa clara e que visam sempre o mesmo perfil de pessoa. Conforme González:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos do estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele reproduz: o desejo de embranquecer, de “limpar o sangue” (como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (González, 2020, p. 131-132)

No trecho, a autora evidencia um mecanismo pelo qual a desigualdade racial se perpetua sem ser explicitamente reconhecida, o que a pensadora brasileira nomeia de *racismo por denegação*. Tal artifício opera pela recusa em admitir a existência do racismo ou pela minimização de seus efeitos, ao mesmo tempo em que mantém estruturas de exclusão e subordinação racial, naturalizando desigualdades e ações discriminatórias. Dessa forma, sujeitos racializados são levados a negar sua identidade em busca de aceitação e mobilidade social, internalizando o mito da superioridade branca, que fragmenta

identidades e inviabiliza a formação de uma conscientização racial coletiva que possa questionar e resistir a essa estrutura. Todo esse processo reflete a lógica do racismo por denegação: um racismo que se recusa a se reconhecer como tal, mas que segue operando de maneira eficaz na manutenção da hierarquia racial.

A pretensa “imparcialidade” pauta inúmeras outras situações na obra, nas quais o racismo se mostra de forma explícita. Um exemplo disso é o constrangimento a que é exposto o personagem principal quando em visita à família branca de sua namorada. Sob a justificativa da descontração e sem “a intenção” de ser racista, a cor do protagonista passa a ocupar espaço nas anedotas do grupo.

Assim, os almoços na casa da avó de Juliana com os tios e primos dela começaram a ficar ainda mais frequentes. A intimidade com o negão da família aumentou. As piadas sobre negros eram contadas sem nenhum pudor. Eles te tornaram cúmplice. No início você ria, porque queria continuar agradando e mostrar que era superior a tudo aquilo, mas, aos poucos, você ia sentindo que não queria mais ouvir certas coisas. (Tenório, 2020, p. 31)

O teor das conversas não se apresenta para Henrique como algo inédito, visto que já ouvira inúmeras vezes, já fora objeto de zombaria disfarçada de humor naquele e em outros ambientes. Entretanto, ao dar-se conta, através da formação escolar, do racismo e de suas manifestações, algo que antes não lhe afetava, se apresenta insuportavelmente incômodo. Não reagir, ouvir passivamente já lhe parece concordar, compactuar para a manutenção de um sistema que lhe oprime e violenta.

O protagonista passa a perceber que o que se esconde sob a perspectiva do inofensivo, da brincadeira, são ataques tão brutais quanto os físicos, por mascarar uma suposta aceitação de um indivíduo negro numa família que se diz não discriminatória, mas que normaliza a disseminação de ofensas a um grupo étnico disfarçadas de piadas. Segundo Moreira:

Esse tipo de marginalização tem o mesmo objetivo de outras formas de racismo: legitimar hierarquias raciais presentes na sociedade brasileira de forma que oportunidades sociais permaneçam na mão de pessoas brancas. Ele contém mecanismos que também estão presentes em outros tipos de racismo, embora tenha uma característica especial: o uso do humor para expressar hostilidade racial, estratégia que permite a perpetuação do racismo, mas que protege a imagem social de pessoas brancas. O racismo recreativo exemplifica uma manifestação atual da marginalização social em

democracias liberais: *o racismo sem racistas*. Esse conceito designa uma narrativa na qual os que reproduzem o racismo se recusam a reconhecer que suas ações ou omissões podem contribuir para a permanência de disparidades raciais na nossa sociedade. (Moreira, 2019, p. 24, grifo do autor)

Desse modo, Henrique constata que é prática daquela família e já se encontra normalizado naquele espaço o racismo recreativo, ação em que estereótipos construídos em relação a pessoas não brancas servem de chacota e ridicularização mascaradas de humor, o que o protagonista tolera por algum tempo, mas que, por fim, torna-se insustentável:

os almoços de domingo na casa da avó dela tornaram-se cada vez mais difíceis pra você, não que os parentes de Juliana tivessem aumentado as piadas e comentários que faziam, mas é que agora você começara a ter um pouco mais de consciência. (Tenório, 2020, p. 35)

O despertar do personagem para a realidade racista que o cerca acaba com a falsa harmonia existente naquele grupo. Ao mesmo tempo em que Henrique deseja continuar com seu relacionamento com Juliana ele enfrenta o peso de integrar um ambiente que desrespeita sua identidade e seus valores como indivíduo. Assim, prefere afastar-se do espaço que o trata como estereótipo racial e o faz alvo de todas as piadas. Entretanto, por estar imersa no contexto familiar e ter, desta forma, naturalizado o racismo recreativo, Juliana sente-se insultada pela reação do namorado:

você disse à Juliana que preferia para de ir àqueles almoços. Ela te perguntou o porquê, e você respondeu que não queria mais ouvir aquele bando de racistas te chamando de negão toda hora, e que você tinha um nome e talvez eles nem soubessem que seu nome era Henrique. Juliana não disse nada. Preferiu ficar quieta, porque não queria brigar. Ela estava magoada com o que você tinha dito dos tios. *Eles não são racistas, só não estudaram o que você estudou*. Mas quando vocês estavam no ônibus, voltando para Porto Alegre, Juliana disse que estava triste com seu jeito, que você tinha mudado e que já não sabia brincar. Agora você levava tudo muito a sério. (Tenório, 2020, p.35, grifo do autor)

Percebe-se, no trecho, um comportamento comum às pessoas brancas quando confrontadas com o racismo que praticam espontaneamente: mudam o foco da agressão para si mesmas, invertendo completamente o papel de agressor e vítima. Tal conduta é o que a professora e escritora americana Robin

DiAngelo denomina *fragilidade branca*, quando a prática racista é apontada e desacomoda o indivíduo branco:

A Fragilidade Branca é um estado em que mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se torna intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos. Esses movimentos incluem a expressão de emoções como raiva, medo e culpa, e comportamentos como discussão, silêncio e abandono da situação geradora de estresse. Esses comportamentos, por sua vez, restabelecem o equilíbrio racial branco. O estresse racial resulta de uma interrupção do que é racialmente familiar. (DiAngelo, 2018, p. 39-40)

Essa dinâmica de negação vai ao encontro da invisibilização do racismo como um sistema estruturado socialmente, desautorizando quem o aponta e evitando a responsabilização daquele que pratica. Além disso, o ato de evitar o confronto direto com a realidade corrobora para o prolongamento de práticas racistas e para a manutenção dos privilégios brancos. Nesse contexto, discursos disfarçados de “humor” atendem ao objetivo da desmoralização, sem comprometer quem se utiliza dele, conforme aponta Moreira:

O humor hostil encobre nossa agressividade em relação ao outro, o que é uma forma de superar inibições sociais que condenam expressões públicas de desprezo e ódio. Segundo Freud, o humor hostil permite que o indivíduo possa satisfazer sua agressividade de forma relativamente benigna. (Moreira, 2019, p.52)

Contudo, o que fora apontado por Juliana como se fosse uma interpretação errônea por parte de Henrique, por fim é confirmado pela mesma quando diz, ao final de alguns dias de separação: “bem que os parentes dela tinham razão de não se meterem com gente igual a você” (Tenório, 2020, p. 36). O racismo, até então, coberto com a película da “superação de barreiras raciais” é desocultado de forma oportunista, trazendo consigo a minimização/inferiorização do outro em função de seu grupo étnico, o que ratifica e traz à tona o preconceito que se desejava esconder.

Nesse caso em específico, assim como na entrevista de emprego na qual Henrique teve uma manifestação explícita do racismo, a personagem sofre o processo da generalização, situação em que é reduzido a um estereótipo rígido e desumanizante. A ideia que predomina é a de que a ação de um indivíduo negro é automaticamente projetada para toda a coletividade. Se um negro é suspeito de um crime, todos os negros passam a ser vistos como criminosos. Se

um negro se destaca em um espaço elitizado, ele é tratado como exceção. Essa lógica não se aplica a pessoas brancas, que sempre são vistas como indivíduos, e não como representantes de toda a sua raça.

Os efeitos da revelação de um racismo “escondido” são profundos, pois o personagem principal se vê confrontado com a confirmação de suas suspeitas sobre a barreira racial que separa seu relacionamento com Juliana. Inicialmente, o racismo estava disfarçado sob a ideia de que diferenças poderiam ser superadas, mas, no momento oportuno, ele se manifesta de maneira explícita, reforçando o preconceito antes negado. Esse desnudamento do racismo gera um impacto emocional e psicológico em Henrique, forçando-o a encarar a realidade de sua posição social e a impossibilidade de escapar da racialização imposta a ele.

Para o narrador, esse acontecimento serve como uma exposição da hipocrisia presente nas relações raciais, evidenciando que a aceitação do negro em determinados espaços ou vínculos pode ser apenas superficial e condicional. A fala de Juliana e a atitude de sua família reforçam a estrutura excludente em que pessoas negras estão inseridas, demonstrando que a tentativa de negação ou superação do racismo não resiste quando interesses ou preconceitos são colocados à prova. O episódio, portanto, marca um ponto de ruptura, tanto para Henrique, que encara de forma direta sua exclusão, quanto para o narrador, que destaca a forma oculta e estratégica com que o racismo pode se manifestar.

A questão da racialidade permeia as relações afetivas e sociais, e isso se torna evidente na trajetória de Henrique, protagonista da obra *O avesso da pele*. Ao longo de sua vida, ele se envolve em relações amorosas com parceiras brancas e negras, contudo, o racismo não deixa de atravessar todos estes vínculos, bem como continua a ser determinante para o término de todos eles.

O relacionamento com Juliana – mulher branca – conferia a Henrique “um passe” frente à sociedade, que legitimaria perante outras pessoas brancas sua “boa índole”:

Quando você entrava sozinho numa loja e recebia um tratamento frio e desconfiado por ser negro, se dava conta de que, quando Juliana entrava e te beijava, os vendedores te tratavam melhor. *Uma mulher branca com um negro, ele deve ser um bom homem*. E por algum tempo você passou a gostar disso também. A presença de Juliana te dava uma espécie de salvo-conduto em certos ambientes. Porque,

quando você estava com ela, você não era qualquer negro diante dos outros. Você era especial. (Tenório, 2020, p.30, grifo do autor)

A pretensa harmonia criada pelo relacionamento interracial possui um equilíbrio precário e ilusório. A “legitimidade” recebida por Henrique por relacionar-se com uma mulher branca é instável, visto que não se baseia nele como indivíduo, no reconhecimento genuíno de sua humanidade, mas depende da chancela vinculada aos privilégios da branquitude. Essa dinâmica novamente expõe o racismo estrutural, que posiciona os negros como suspeitos ou indignos até que sejam “validados” por alguma conexão com o universo branco.

Henrique percebe que, fora da sombra de Juliana, o preconceito persiste inabalável e essa constatação aos poucos vai criando uma tensão entre ambos, uma vez que a moça – imersa em seus privilégios conferidos pela cor - se recusa a considerar o racismo que permeia tanto o mundo ao seu redor quanto o cotidiano de Henrique. Essa recusa está profundamente enraizada no pacto da branquitude, conceito analisado por Cida Bento ao afirmar que:

Nem todos os privilegiados se reconhecem como parte de um grupo que traz em sua história a expropriação de outros grupos. A herança branca contém marcas da apropriação de bens materiais e imateriais, originárias da condição de descendente de escravocratas e colonizadores e é uma herança frequentemente tratada como mérito para legitimar a supremacia econômica, política e social. Essa herança fortalece a autoestima e o autoconceito da população branca tratada como “grupo vencedor, competente, bonito, escolhido para comandar”. (Bento, 2022, p. 120)

A personagem feminina apresenta uma visão superficial e idealizada de que o racismo está sendo superado. Para ela, o simples fato de namorar um homem negro seria uma evidência de que as barreiras raciais estavam sendo desconstruídas, o que demonstra um total desconhecimento acerca da complexidade da questão racial, bem como uma desconexão da realidade de seu parceiro. Além disso, ao naturalizar sua posição social, Juliana reproduz uma lógica que ignora as raízes históricas das desigualdades raciais e desconsidera como essas desigualdades seguem operando no presente. Sua perspectiva individualista impede que ela reconheça o racismo como um sistema estruturante que ultrapassa as relações interpessoais e se manifesta em diversas esferas da sociedade.

No relacionamento com Martha, mãe de Pedro, a postura frente ao racismo também foi preponderante para o término e motivador de inúmeros conflitos do casal. Embora fosse uma mulher negra e partilhasse de experiências semelhantes às dele, a mesma buscou, durante toda a sua vida, ocultar o racismo e negá-lo, como forma de autoproteção, ignorando todas as violências simbólicas de que fora alvo ao longo de sua vida.

Ao longo da narrativa, o protagonista Henrique passa por um processo de amadurecimento e transformação que o leva da consciência do racismo para uma conscientização racial mais profunda e crítica. Inicialmente, ele tem uma percepção do racismo baseada nas experiências que vive. No entanto, essa consciência do racismo, no começo da obra, ainda não se traduz em uma postura ativa de enfrentamento. Ele entende a existência da desigualdade e do preconceito, mas, de certa forma, ainda lida com isso de maneira mais passiva, tentando se adaptar ao mundo ao invés de transformá-lo.

Na medida em que a história avança, percebe-se um processo que o leva a uma conscientização racial mais profunda, na qual ele não apenas reconhece o racismo estrutural, mas também compreende a necessidade de subverter essa lógica imposta pela branquitude. A violência policial que sofre e as dificuldades no trabalho demonstram que não basta conhecer o racismo — é preciso entendê-lo e, então, enfrentá-lo. Esse amadurecimento leva Henrique a desafiar e resistir às estruturas racistas, passando a utilizar a sua docência como uma ferramenta de mudança, quando começa a questionar e enfrentar a violência policial da qual foi alvo a vida toda e, principalmente, quando busca através de seus ensinamentos (mesmo que às avessas) modificar a trajetória de seu filho enquanto homem negro.

Quando inserido em um relacionamento intrarracial, o protagonista passa a observar com mais clareza as dinâmicas raciais que envolvem a sua convivência e o impacto de sua cor de pele nas interações sociais. Ao relacionar-se com outra pessoa negra, ele percebe uma diferença significativa na maneira como a sociedade lida com a sua presença:

a princípio, a cor da pele não deveria ser um problema; afinal, quando vocês saíam na rua, isso não era um incômodo, pois, quando vocês entravam numa loja ou num restaurante, ninguém olhava pra vocês com curiosidade ou espanto. Vocês faziam parte do mesmo grupo racial, e isso tranquiliza as pessoas. (Tenório, 2020, p. 75)

Henrique experiencia uma sensação de pertencimento a um grupo homogêneo, no qual a visibilidade racial não é uma marca que chama a atenção ou motive tensões. Tal fato evidencia que socialmente o “normal” é o relacionamento de indivíduos do mesmo grupo racial, em detrimento do “estranhamento” causado por casais de raças diferentes. Essa conformidade com as expectativas sociais cria uma ilusão de falsa harmonia, visto que as coisas “estão no seu lugar”: o ideal de uniformidade racial ainda prevalece.

Torna-se evidente, com ambos os relacionamentos, que a conscientização racial não é algo automaticamente dado, nem mesmo elemento inerente às pessoas negras. Questões relacionadas à raça e identidade étnica são desenvolvidas ao longo do tempo, num processo contínuo, e muitas vezes são produto de experiências discriminatórias, da educação e do envolvimento com questões raciais. Ela pressupõe uma compreensão crítica acerca da realidade das pessoas negras, bem como o reconhecimento das violências estruturais e cotidianas que as atingem. O próprio personagem principal demorou muitos anos para entender-se como negro e perceber que o tratamento que recebera ao longo de sua vida em inúmeros espaços se devia a cor de sua pele. No entanto, após a tomada de consciência racial, tornou-se impossível que mantivesse qualquer relacionamento em que a outra parte não fizesse o mesmo.

Na obra de Morrison, percebemos o racismo naturalizado tanto de forma explícita como implícita, em todos os ambientes pelos quais circulam os sujeitos negros, o que é obviamente “facilitado” pelo contexto histórico e cultural – a narrativa é ambientada em 1941, época em que prevalecia a segregação racial nos Estados Unidos. No ambiente escolar, a marginalização das crianças negras se dá de forma implícita no que concerne ao tratamento diferenciado dado pelos docentes aos estudantes não-brancos, mensagem que, embora não seja posta em palavras, é facilmente subentendida através de ações ou inações. No trecho abaixo, as percepções de Pecola evidenciam como a diferença racial se manifesta por meio do isolamento e do tratamento distinto:

Passava longas horas sentada diante do espelho, tentando descobrir o segredo da feiura, a feiura que a fazia ignorada ou desprezada na escola, tanto pelos professores quanto pelos colegas. Era a única pessoa da classe que sentava sozinha numa carteira dupla. A primeira letra do seu sobrenome sempre a obrigava a sentar na frente. Mas e

Marie Appolanaire? Marie ficava na sua frente, mas dividia a carteira com Luke Angelino. Os professores sempre a tratavam daquele jeito. Tentavam não olhar para ela, e só a chamavam quando todos tinham que dar uma resposta. (Morrison, 2019, p. 49)

A passividade da professora não apenas reflete, mas também reforça o racismo estrutural no ambiente escolar. Ao "tentar não olhar para ela" e limitar as interações com Pecola ao mínimo necessário, ela demonstra uma forma de exclusão sutil, porém poderosa. Essa atitude reforça para os demais estudantes que a garota não merece nenhuma atenção, o que aos poucos até a própria personagem passa a assimilar. A informação subentendida é a de que ela não se trata de uma "igual", mas integra um grupo que dispensa qualquer consideração, legitimando, ainda que de maneira implícita, sua marginalização. A postura indiferente da professora, disfarçada de neutralidade, a torna cúmplice do racismo do qual a personagem é alvo neste espaço.

Dessa forma, o educador, visto como uma figura de autoridade, ratifica a normalização da prática do racismo, o que autoriza os alunos a replicarem atitudes discriminatórias. Percebemos que, na obra em questão, os alunos negros são alvo do racismo constante produzido hierarquicamente pelos professores, por seus colegas brancos e também por seus pares que, por possuírem um tom de pele mais claro, buscam, na tentativa de aliar-se à branquitude, fugir das consequências dolorosas do racismo. Na obra de Morrison, as "facilidades" obtidas por se possuir a pele menos escura tornam-se evidentes:

O transtorno das estações foi obra de uma menina nova na escola, chamada Maureen Peal. Uma criança de sonho, mulata claríssima, de cabelo castanho comprido, preso em duas tranças grossas que lhe pendiam às costas. Era rica, pelo menos para os nossos padrões, tão rica quanto as mais ricas das meninas brancas, envolta em conforto e cuidados. A qualidade de suas roupas ameaçava nos deixar desvairadas, a mim e a Frieda. Sapatos de verniz com fivelas, de que só ganhávamos uma versão mais barata na Páscoa e que se desintegrava no final de maio. Suéteres felpudos da cor de gotas de limão, enfiados para dentro de saias com pregas tão certinhas que nos deixavam perplexas. Meias três-quartos de cores vivas com bordas brancas, casaco de veludo marrom enfeitado com pele de coelho branca, e um regalo combinando. Havia uma insinuação de primavera em seus olhos verdes amendoados, algo de verão em sua tez e uma rica plenitude de outono no seu jeito de andar.

Ela encantou a escola inteira. Quando a chamavam, os professores sorriam, encorajando-a. Os meninos negros não lhe davam rasteiras nos corredores; os meninos brancos não jogavam pedras nela; as meninas brancas não faziam muxoxo quando ela era designada para

o seu grupo de trabalho; as meninas negras moviam-se para o lado quando ela queria usar a pia do banheiro, e seus olhos faziam uma genuflexão sob as pálpebras em movimento. Ela nunca precisava procurar companhia para comer na cantina todos afluíam para a mesa de sua escolha, onde ela abria almoços para quem tinha paladar exigente, envergonhando nosso pão besuntado de geleia com sanduíches de salada e ovo, cortados em quatro quadrados caprichosos, bolos com glacê rosado, talos de salsão e cenouras, maçãs escuras, soberbas. Ela até comprava leite puro, e gostava. Frieda e eu ficamos pasmas, irritadas e fascinadas com ela. (Morrison, 2019, p.66-67)

O contraste entre Maureen e as outras meninas negras revela a complexidade das dinâmicas sociais e raciais. Maureen, devido à sua cor de pele mais clara e melhor condição econômica, é mais aceita enquanto as demais, como a narradora, são vistas com menosprezo. Essa aceitação da menina de pele mais clara, por parte dos brancos (e de outros negros), coloca em evidência a hierarquia racial interna dentro da comunidade negra – o colorismo – fenômeno que confere privilégios às pessoas negras com tom de pele mais claro, sendo associadas a um status superior, enquanto a pele mais escura é frequentemente marginalizada. A aceitação da negra de pele clara reflete a preferência por aqueles que se aproximam mais da imagem de "branco idealizado", o que, por sua vez, reforça as divisões internas e a hierarquia dentro da própria comunidade negra.

Embora as meninas alimentassem um misto de admiração e ressentimento pela colega, sabiam que não se tratava de uma aversão pessoal, mas de um reflexo da raiva e da dor causadas pela desigualdade racial internalizada, pela percepção de que a beleza e o valor estavam reservados apenas para aqueles que se aproximavam do ideal de "perfeição" branco – a consciência do racismo:

E o tempo todos sabíamos que Maureen Pear não era o Inimigo e não merecia ódio tão intenso. A *Coisa* a temer era a *Coisa* que tornava bonita a *ela* e não a nós. (Morrison, 2019, p.78, grifo da autora)

Mas não é apenas no ambiente escolar que a personagem enfrenta o racismo velado; ele também se manifesta em diversas esferas de sua vida cotidiana, como nas interações sociais, como percebemos na passagem em que Pecola vai até um estabelecimento comercial no intuito de comprar doces:

Como é que um comerciante branco, imigrante, 52 anos (...) pode ver uma menina negra? Nada em sua vida nunca sequer sugeriu que a proeza fosse possível, que dirá desejável ou necessária. (...) Ela ergue os olhos para ele e enxerga o vácuo onde deveria haver curiosidade. E algo mais. A total ausência de reconhecimento humano – a vitrificada separação. Não sabe o que mantém o olhar dele suspenso. Talvez o fato de ser adulto, ou homem, e ela uma menina. Ainda assim, esse vácuo não é novidade para ela. Tem gume; em algum ponto da pálpebra inferior está a aversão. Ela a tem visto à espreita nos olhos de todos os brancos. Deve ser por ela a aversão, pela sua negritude. Tudo nela é fluidez e expectativa. Mas sua negritude é estática e medonha. E é a negritude que explica, que cria o vácuo afiado pela aversão em olhos de brancos. (Morrison, 2019, p.52)

A menina sente a aversão dispensada a ela pelo comerciante, que não a reconhece como uma criança, mas como um indivíduo negro a quem tem liberdade de tratar como um inferior. Às crianças, em especial para Pecola - negra retinta - é ratificado diariamente, através de ações que vivenciam, de que se constituem como presenças indesejadas, cujas existências são irrelevantes.

Nessa perspectiva, percebemos o quanto a infância de pessoas negras é anulada, pois não são vistas como indivíduos em sua singularidade. Na condição de não humanos, a infância não é uma fase pela qual possam passar com leveza e naturalidade, crescendo e evoluindo, pois, são considerados obras já acabadas. Assim como defende Fanon (2020), através da lente racial, o indivíduo negro não tem a oportunidade de tornar-se, *ele já é*. Enquanto outros indivíduos podem ser vistos como inacabados, em desenvolvimento, o negro é frequentemente tratado como um ser estático, definido e limitado exclusivamente pela cor de sua pele.

O romance torna claro que a desumanização das pessoas negras começa cedo, com a negação de sua infância. Elas são frequentemente vistas como adultas, percebidas como responsáveis por si mesmas em situações que deveriam inspirar proteção e cuidado. Na obra percebemos que Pecola, mesmo tendo sofrido um estupro cometido por seu pai, não é acolhida, tampouco tratada na condição de vítima. Ela é culpabilizada e alvo de raiva até mesmo de sua mãe, tornando-se uma pária em sua comunidade.

Essa dinâmica reforça a ideia de que corpos e vidas negras são destinados ao trabalho e à subalternidade desde sua origem. Citando Morrison (2019, p.139), no que tange aos negros: “entraram devagar na vida pela porta dos fundos”, representam uma presença figurativa, inseridos numa sociedade que se estruturou para manter a ordem da desigualdade, na qual os negros

foram simplesmente acomodados, sem o direito de existir e de efetivamente ocupar um espaço.

Nessa passagem percebemos ainda que o preconceito em nível geral apresenta gradações, sendo o maior deles o racial. Embora o comerciante fosse um imigrante – grupo também muito marginalizado ao longo de todos os tempos –, ele trata a menina negra com preconceito e rejeição, o que denota que hierarquias de opressão se infiltram mesmo dentro de comunidades estigmatizadas. O imigrante, ainda que marginalizado, encontra-se um degrau acima na escala social, visto que é passível de aceitação, enquanto a menina negra, pela sua cor, já nasce dentro de uma construção social que a despoja de seu direito de ser simplesmente uma criança. Violências disfarçadas de piadas, olhares furtivos, silêncios cúmplices, ações aparentemente inofensivas - assim o racismo se disfarça, criando uma atmosfera em que a discriminação teoricamente inexistente, mas que na prática encontra-se viva e infiltrada nas relações cotidianas: “invisível” para muitos, mas palpável e dolorosa para quem a vivencia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os livros *O avesso da pele* e *O olho mais azul* tratam, sobretudo, do quanto o sujeito negro é capaz de suportar, do quanto ele consegue resistir à violência da sociedade, resistir à ausência de um lugar no mundo e, sobretudo no caso das mulheres, à negação de sua beleza e feminilidade. Além disso, demonstra o desafio destes sujeitos em tentar construir suas identidades frente a um mundo que previamente os categoriza.

A obra de Jeferson Tenório, por retratar uma narrativa que se passa na contemporaneidade, desenrola-se num cenário de avanços legais e sociais em relação aos direitos conquistados pela população negra, mas nem por isso diverge do tema. Ela apresenta um protagonista que baseado em suas experiências de vida busca estratégias para a sobrevivência no mundo branco, as quais busca estender a seu descendente de modo a prepará-lo para a realidade que encontrará. Henrique é um homem que teve sua subjetividade profundamente afetada pelos episódios de racismo, que lhe deixaram muitas marcas psicológicas, entretanto que resiste e busca preservar sua individualidade. Segundo o que o próprio protagonista declara ao filho:

É necessário preservar o avesso (...). Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos. (Tenório, 2020, p. 61)

A fala é herança: resistência. Conservar-se íntegro perante à desumanização incessante, proteger a todo custo as camadas mais sutis da existência: nossos sentimentos, pensamentos e valores, nossa subjetividade, nossas raízes, ancestralidade – enfim, a individualidade humana. O racismo,

como ele aponta, é um sistema que invade o corpo e tenta determinar até o modo de existir no mundo, através de uma padronização forçada, no que tange às pessoas negras. Nessa perspectiva, ele desafia seu filho a ir na contramão da sociedade que prende os sujeitos negros na cela da uniformidade, estimulando-o a não sucumbir e conservar sua individualidade.

Entretanto, percebemos o quanto as experiências vivenciadas marcam e determinam destinos. Pedro conclui, mesmo na contramão dos ideais defendidos por seu pai, que a realidade é imutável: *“até o fim você acreditou que os livros poderiam fazer algo pelas pessoas. No entanto, você entrou e saiu da vida, e ela continuou áspera”* (Tenório, 2020, p. 13). Desse modo, ele passa a se questionar se o idealismo do pai era suficiente para enfrentar uma realidade tão complexa como a que experienciam. Os ensinamentos, na prática, se mostram falhos para lidar com as asperezas concretas do mundo, o que reforça o princípio de que conceitos transmitidos podem não ser eficazes diante de contextos que são estruturalmente hostis ou indiferentes.

No que tange às personagens de Morrison, constituir-se enquanto sujeitos é tarefa ainda mais difícil, visto que se encontram imersas num contexto de racismo explícito e naturalizado, onde negros possuem direitos restritos e espaços de circulação demarcados. Além disso, por retratar a experiência do racismo na vida de crianças, demonstra a complexidade e fragilidade da questão, uma vez que as mesmas não possuem bases em que possam alicerçar suas convicções, o que as deixa à mercê dos estereótipos raciais da época, facilmente internalizados pela maioria negra.

Embora a narradora se mostre durante toda a história firme em suas certezas, não cedendo às pressões impostas pela branquitude, ao fim da trama percebemos que a chama parece esmorecer, sucumbindo à exaustão diante da repetição de enfrentamentos que parecem não produzir mudanças significativas:

Este solo é ruim para certos tipos de flores. Não nutre certas sementes, não dá certos frutos, e, quando a terra mata voluntariamente, aquiescemos, e dizemos que a vítima não tinha o direito de viver. (Morrison, 2019, p. 207)

O solo, ou seja, o contexto social, não abre espaço para o desenvolvimento pleno de determinadas vidas, especialmente as vidas negras, negando-lhes o direito de existir plenamente. Ele decide quais vidas são dignas

de cuidado e de valorização, enquanto outras são descartadas, sufocadas ou culpabilizadas por sua própria vulnerabilidade.

Em ambas as obras, percebemos que os personagens se constroem a partir das experiências traumáticas desencadeadas pelo racismo, que deixam marcas profundas em sua trajetória e na forma como percebem a si mesmos e o mundo ao seu redor. Essas vivências não apenas moldam suas personalidades, mas também influenciam suas relações, escolhas e perspectivas de futuro. O desenvolvimento da consciência ou da conscientização racial torna-se, assim, um elemento central na definição de suas identidades, determinando seu lugar frente a estruturas sociais hierarquizadas.

Outro aspecto importante de ambas as obras está inscrito no título das mesmas: a dimensão física do racismo. Os dois títulos sugerem, à sua maneira, um debate sobre a corporeidade como elemento preponderante na construção da identidade e das relações sociais. Enquanto Morrison traz o olho azul como um símbolo do ideal de beleza eurocêntrico e da negação da negritude, Tenório enfatiza a pele negra como um marcador de diferença, mas também de resistência e identidade.

Em *O olho mais azul*, a protagonista Pecola Breedlove cresce em um ambiente no qual a beleza é associada ao branco, aos olhos claros dos modelos midiáticos e às demais características que conferem valor e humanidade às pessoas brancas. Seu desejo de possuir olhos azuis representa sua tentativa desesperada de pertencer a um mundo que a rejeita, de ser vista e reconhecida como um indivíduo. Nesse sentido, a questão do corpo torna-se um fardo, um obstáculo que define sua posição social e sua experiência de marginalização.

Já em *O avesso da pele*, a pele negra é o elemento que organiza a experiência do protagonista e de seu pai, marcando-os como alvos constantes do racismo estrutural. Ao contrário de Pecola, que deseja modificar um traço corporal para se conformar ao ideal imposto, Henrique e seu filho vivem as contradições da negritude em um contexto de violência e exclusão, mas também de afirmação identitária. A pele negra, nesse romance, não é apenas um signo de opressão, mas também de memória e pertencimento, carregando a herança da luta e da resistência.

O que une as duas narrativas é a forma como o corpo negro é sempre posto em questão: seja pela negação e pelo desejo de apagamento em Morrison,

seja pela constante reafirmação da diferença e da resistência em Tenório. Ambos os romances evidenciam como a corporeidade negra é lida socialmente como um fator determinante das experiências de seus personagens, revelando as marcas profundas do racismo na subjetividade e nas relações interpessoais.

A partir disso, percebemos que o corpo não é apenas um detalhe nestas obras, mas um campo de disputa, onde se inscrevem as dores, os desejos e as resistências daqueles que vivem em sociedades racializadas. Nelas, a corporeidade negra se mostra como um dos principais alvos do racismo, seja pela tentativa de apagamento ou pela reafirmação da diferença.

Embora ambas as obras abordem o sofrimento e as limitações impostas pela sociedade racializada, as formas de manifestação do racismo nos contextos em que essas histórias se desenrolam diferem significativamente, refletindo as particularidades dos cenários sociais de Brasil e Estados Unidos. No contexto brasileiro, como se observa em *O avesso da pele*, o racismo é velado, muitas vezes camuflado em práticas cotidianas e em estruturas de poder que se disfarçam de "normalidade". O racismo no Brasil, embora existente e profundamente enraizado, tende a se esconder atrás de uma falsa ideia de democracia racial.

Por outro lado, em *O olho mais azul*, de Toni Morrison, o racismo se apresenta de maneira explícita e evidente. A segregação racial, as desigualdades estruturais e a violência psicológica contra os negros são temas centrais da narrativa, e o impacto dessa realidade é refletido de forma intensa nas experiências das personagens. A autora estadunidense expõe de forma direta de que modo o racismo destrói subjetividades e cria um ciclo de autodesprezo e desesperança, por ser algo que os personagens vivem constantemente.

Tenório e Morrison não apenas retratam os impactos da discriminação racial, mas também evidenciam a força e a complexidade das trajetórias individuais na construção de identidades frente aos desafios que vão além da opressão explícita, lidando também com os efeitos psicológicos, emocionais e sociais que o racismo impõe. Tendo isso em vista, é importante frisar o papel da literatura e da educação na compreensão e no enfrentamento das questões raciais. Obras como as que serviram para este estudo não apenas retratam as experiências de personagens marcados pelo racismo, mas também

proporcionam ao leitor a oportunidade de refletir sobre os impactos dessa realidade na construção das identidades individuais e coletivas.

Nessa perspectiva, produções literárias podem (e devem) servir de instrumento de letramento racial - item fundamental para adquirir uma verdadeira consciência e conscientização racial, pois é através dele que se consegue entender as complexas dinâmicas de poder, privilégio e discriminação que permeiam as relações sociais. Sem esse letramento, as pessoas podem viver de forma alheia ou superficial em relação às desigualdades raciais, muitas vezes naturalizando ou perpetuando práticas discriminatórias. É papel indissociável da educação fornecer a todos – brancos ou negros – subsídios para que compreendam criticamente a construção histórica do racismo e suas implicações no presente a fim de que mudanças sociais sejam realmente efetivadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ADDICHIE, Chimmamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEVULSKY, Alessandra. *Colorismo*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- DIANGELO, R. Fragilidade branca. *Revista Eco-Pós*, 21(3), 2018, p. 35–57. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.22528>
- DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. *Scripta Belo Horizonte*, v. 13, n. 25, p. 63-78, 2º sem. 2009.
- DU BOIS, W. E. B. *As almas do povo negro*. São Paulo: Veneta, 2021.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora. 2020.
- GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, v.3, n. 2, 1995, pp. 464-478.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.
- LACERDA, Raiane. SOARES, Alan. *A violência da ausência: invisibilidade negra e indígena nas mídias visuais*. São Paulo: Compós, 2023.
- MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- MORRISON, Toni. *A origem dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MORRISON, Toni. *O olho mais azul*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro. Editora Schwarcz S.A., 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: BUARQUE, H. *Interseccionalidades: pioneiras do feminismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *Cartas para minha avó*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:* raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo: Veneta, 2012.

SILVA JUNIOR, Hédio. *Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais*. Brasília: UNESCO, 2002. 96 p.

SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil?* Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TENÓRIO, Jeferson. *O avesso da pele*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ANEXOS

ANEXO A

ESTADO DA ARTE				
TESE/DISSERTAÇÃO	TÍTULO	AUTOR(A)	INSTITUIÇÃO	ANO
Dissertação	Os nomes do silêncio Silenciamentos de pessoas negras em <i>Cemitério Marinho</i> , de Edimilson de Almeida Pereira, e em <i>O avesso da pele</i> , de Jeferson Tenório	Iuri Dantas Encarnação	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	2022
Dissertação	Torções entre Psicanálise, Iberê Camargo e outras obras artísticas: uma queda do gaúcho heróico	Giovana Dalcin Netto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	2022
Dissertação	As múltiplas violências que forjam as masculinidades negras em <i>O Averso da Pele</i> , de Jeferson Tenório	Diego Plada Luz	Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	2023
Dissertação	O olhar de Pecola, de <i>O olho mais azul</i> , de Toni Morrison: quando os outros se tornam quem observa	Amanda Aparecida Salomão Lopes de Souza	Universidade Federal de Maringá	2024
Dissertação	A violência de gênero em <i>O olho mais azul</i> , de Toni Morrison	Francymary da Silva Santana	Universidade Estadual do Piauí	2024
Dissertação	Análise de subjetivi- dades negras em <i>O olho mais azul</i> , de Toni Morrison	Bruna Martins de Oliveira	Universidade Federal de Viçosa	2022
Dissertação	A protagonista negra e a psicopatologia: uma leitura do romance <i>O olho mais azul</i> , de Toni Morrison	Alicia Dandara Tavares de Sousa Santos	Universidade Federal do Piauí	2019
Tese	Aproximações e distanciamentos das personagens nos romances <i>Bará na trilha do vento</i> de Miriam Alves e <i>O olho mais azul</i> de Toni Morrison	Rita de Cassia Camargo dos Santos	Universidade Estadual de Campinas	2022

Tese	Literatura Abêbê: Uma abordagem teórico-crítica e metodológica negrorreferenciada das obras <i>O Olho mais azul</i> e <i>Deus ajude essa criança</i> de Toni Morrison	Hildalia Fernandes Cunha Cordeiro	Universidade Federal da Bahia	2023
Dissertação	A Representação das Mulheres Negras no Romance <i>O Olho Mais Azul</i> , de Toni Morrison: Uma Leitura Interseccional	Jane Cely Marques do Nascimento Pereira	Universidade Federal de Campina Grande	2023
Tese	A solidão da mulher negra no sentido amplo de exclusão social e afetividade a partir dos traços fenotípicos na obra <i>O olho mais azul</i> , de Toni Morrison	Renata Lourdes Linhaes	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	2023
Dissertação	Trauma and Healing in Toni Morrison's <i>The Bluest Eye</i> and <i>Home</i>	Rosana Ruas Machado Gomes	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	2019
Tese	Morrison, Angelou e Evaristo: mulheres negras e escrita revolucionária	Eliza de Souza Silva Araujo	Universidade Federal da Paraíba	2021